

**PERCEPÇÕES E FIGURAS DO MEDO
NA CIDADE DO PORTO**

**Relatório de investigação
1997-1999**

CARLA MACHADO

CELINA MANITA

**OUTUBRO
2000**

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração de um conjunto de pessoas a quem gostaríamos de agradecer.

À Dra. Cláudia Rodrigues, pela coordenação das equipas de terreno e colaboração na introdução e tratamento dos dados. A todos os que colaboraram na recolha das entrevistas.

E, em particular, a todos os habitantes do Porto que acederam abrir as portas aos nossos entrevistadores e responder às diversas questões formuladas.

Índice

Introdução	4
A – Enquadramento teórico	5
I. A investigação psicológica do medo do crime	5
1. Definição do conceito “medo do crime”	5
2. Os resultados da investigação sobre o medo do crime.....	6
2.1. Níveis de medo.....	6
2.2. Variáveis pessoais associadas ao medo	7
2.2. Variáveis ambientais indutoras de medo.....	12
3. Síntese dos resultados da investigação.....	14
B – Estudos empíricos	16
I. Primeiro Inquérito sobre insegurança urbana (1997)	16
1. Objectivos	16
2. Metodologia	16
2.1. Estudo exploratório	17
2.2. Instrumentos.....	17
2.3. Procedimentos e amostra	18
3. Resultados	19
3.1. Análise univariada.....	20
3.2. Análise bivariada.....	28
2.3. Análise multivariada	32
4. Discussão dos resultados.....	42
3.1. Análise univariada.....	20
I. Segundo Inquérito sobre insegurança urbana (1999)	43
1. Objectivos	43
2. Metodologia	43
2.1. Instrumento	43
2.2. Procedimentos e amostra	47
3. Resultados	49
3.1. Análise univariada.....	49
3.2. Análise bivariada.....	60
2.3. Análise multivariada	68
4. Discussão integrativa dos resultados e conclusões	78
B – Recomendações para futuras investigações	81
Bibliografia	84

Introdução

O objecto desta investigação é o sentimento de medo na cidade do Porto, na sua dimensão subjectiva/experiencial. Assim sendo, procuramos compreender o fenómeno da insegurança na cidade, caracterizando-o em termos da sua dimensão, das variáveis que contribuem para o seu agravamento e das configurações narrativas que lhe conferem significado. Pretendia-se também analisar a evolução temporal do fenómeno, quer sob o ponto de vista quantitativo (agravamento ou diminuição do medo), quer qualitativo (actores, espaços, actos e outras dimensões que lhe são associadas).

O projecto de investigação que concebemos para esse fim foi estruturado a partir da revisão das investigações conduzidas, nacional e internacionalmente, sobre a temática do medo do crime, a partir das quais identificamos as dimensões desta problemática usualmente estudadas, bem como da nossa reflexão crítica sobre tais estudos, nomeadamente sobre os seus problemas metodológicos. Apresentaremos esta fundamentação teórica no ponto I deste relatório.

No ponto II apresentamos o primeiro inquérito sobre insegurança urbana realizado na cidade do Porto, em 1997. Após a explicitação do instrumento elaborado, da amostra e dos procedimentos, são desenvolvidos os resultados obtidos, em termos da caracterização do fenómeno, da identificação dos grupos sociais mais receosos e do levantamento das diferentes configurações narrativas do sentimento de insegurança.

No ponto III damos conta dos resultados da segunda aplicação do inquérito sobre insegurança, em 1999, bem como dos refinamentos metodológicos e conceptuais introduzidos no estudo. É feita uma síntese integrativa dos resultados das duas investigações, caracterizando o estado actual do conhecimento sobre a dimensão subjectiva do sentimento de insegurança na cidade do Porto.

Finalmente, e ao mesmo tempo que se preconiza a continuidade temporal desta linha quantitativa de estudo, reflecte-se sobre as questões que esta abordagem deixa por responder, avançando-se com uma proposta de investigação complementar, de cariz qualitativo.

A. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

I. A INVESTIGAÇÃO PSICOLÓGICA DO MEDO DO CRIME

O medo do crime tornou-se, desde os anos oitenta, um tema central dos debates criminológicos (Sparks, 1992a), dando lugar a inúmeras investigações, na sua maioria de cariz quantitativo, que procuram medir os níveis de medo e identificar as variáveis demográficas e socio-psicológicas que caracterizam os grupos sociais mais receosos. Mas o que é, afinal, o medo do crime? De que forma o tem a investigação conceptualizado e operacionalizado?

1. Definição do conceito "medo do crime"

A análise das investigações empíricas sobre o medo do crime, revela-nos um reduzido nível de teorização sobre o tema. Como nos diz Sparks (1992b), o desenvolvimento da pesquisa empírica "não tem sido igualado por um desenvolvimento conceptual paralelo" (p.123). No entanto, a generalidade dos autores com preocupações conceptuais aceita a diferenciação de um componente afectivo e de um componente cognitivo do medo (e.g., Ferraro & LaGrange, 1992).

A dimensão afectiva do medo é descrita como consistindo na "reação emocional negativa que surge ante a ideia de ser vítima de diferentes condutas delituosas ou violentas ou face a símbolos a estas associados na vida quotidiana" (Ferraro & LaGrange, 1987 cit. Ramos-Lira & Andrade-Palos, 1991, p.232). Esta reacção emocional à probabilidade de vitimação tem vindo a ser associada às noções de vulnerabilidade pessoal (Keane, 1992), bem como ao nível pessoal de sensibilidade ao risco (Rountree & Land, 1996). A dimensão cognitiva ou avaliativa do medo tem, por sua vez, vindo a ser ligada à percepção de risco (LaGrange & Ferraro, 1992).

Alguns autores têm ainda salientado que, para além destas dimensões, a noção de medo deve integrar a antecipação das consequências da vitimação, isto é, a sua gravidade (Rountree & Land, 1996, Ramos-Lira & Andrade-Palos, 1991). Outros ainda salientam a necessidade de se discriminar uma dimensão adicional do medo: a preocupação securitária (Duprez, 1991), também designada pela dimensão dos valores (Ramos-Lira & Andrade-Palos, 1991). Por esta designação referem-se à preocupação com os diferentes tipos de desvio existentes na comunidade, isto é, à opinião e discurso públicos sobre a gravidade do crime enquanto problema social.

Finalmente, Madriz (1997) propõe um modelo tripartido das reacções ao crime que engloba uma quarta componente: a vertente atitudinal, referente a comportamentos cujo objectivo é prevenir o delito (e.g., não andar com muito dinheiro, evitar determinadas zonas), mas que podem não estar necessariamente associados a uma vivência emocional intensa do problema criminal.

2. Os resultados da investigação sobre o medo do crime

2.1. Níveis de medo

Diversos autores referem uma obsessão pública com o crime nos países ocidentais, desde o início dos anos 80 (Sykes & Cullen, 1992). Contudo, os dados disponíveis para Portugal, se bem que preocupantes, parecem-nos oferecer uma imagem do impacto do medo na vida dos cidadãos consideravelmente mais complexa do que aquela que os relatos de "medo aterrorizador" (Rykert, 1993, p.8) de alguns estudos nos transmitem.

No inquérito de vitimação de 1992 (Almeida, 1993), 26% dos sujeitos afirmavam sentir-se inseguros ao andarem a pé nos seus bairros de residência, à noite. Esta percentagem mantém-se quase idêntica em 1994 (25%). A referência ao problema do crime como o mais grave do país é de 12% em 1994, elevando-se para 42% o valor obtido quando a pergunta se refere aos dois principais problemas a enfrentar pelo país (para valores de 14% e 43%, respectivamente, em 1992). Relativamente à evolução do problema em Portugal, a maioria dos sujeitos em 1994 (64%) consideravam-no estacionário, muito embora 34% dos inquiridos opinassem que o crime aumentou. Os valores de 1992 são sensivelmente idênticos (65% e 29%, respectivamente), não parecendo, pois, existir, a nível nacional, um agravamento do sentimento de insegurança dos cidadãos (Almeida, 1993; Almeida & Alão, 1995).

Alguns estudos empíricos conduzidos a nível internacional (na sua maioria nos EUA e na Inglaterra) têm encontrado resultados que vão de encontro a estes. Assim, os níveis de medo encontrados em inquéritos de opinião conduzidos nos EUA entre 1965 e 1994 oscilam entre um mínimo de 31% em 1967 e um máximo de 48% em 1982, sem que seja possível detectar um claro padrão evolutivo nestas oscilações. Esta estabilidade contrasta aliás, de modo marcante, com as flutuações do crime nas estatísticas criminais. Ao mesmo tempo, apesar de, nas duas últimas décadas, sensivelmente metade dos sujeitos tender a perceber um aumento no crime na

sua zona de vizinhança, tal não corresponde necessariamente à sua elevação a categoria de problema principal para estes sujeitos (Flanagan, 1996).

Contudo, se procurarmos pormenorizar a análise, focalizando a nossa atenção nos grandes centros urbanos, o panorama muda sensivelmente. Assim, na cidade do Porto, encontramos um agravamento do sentimento de insegurança que apenas encontra equivalência, no espaço português, em Lisboa. Em 1992, 49% dos residentes no concelho do Porto consideravam que o crime estava a aumentar e 52% referiam ter medo de andar sós, na rua, à noite. Esta vivência insegura da cidade parece agravar-se, de então para 1994, com 62% dos sujeitos a afirmarem que a criminalidade aumentou e 64% que sentem medo de andar à noite, sós, na sua área de residência (Almeida, 1993; Almeida & Alão, 1995).

Apesar deste carácter, aparentemente saliente, do sentimento de insegurança, é importante não esquecer, na sua avaliação, o seu enquadramento na vivência subjectiva do conjunto de problemas sociais que preocupam as pessoas no seu quotidiano. Assim, não obstante os números algo alarmantes acima referidos, apenas 15% dos portugueses consideravam, em 1992, o crime o problema mais grave que tinham a enfrentar, importância esta idêntica à atribuída à inflação. Em 1994, ele é mesmo, dos seis problemas sociais propostos (droga, desemprego, deficiente assistência na doença, inflação, falta de habitação e criminalidade), o menos escolhido no Porto, apesar de ser o terceiro ao nível do País. Desta forma, a avaliação da gravidade do problema da insegurança não deverá obscurecer outros problemas sociais, que, eventualmente, tocam mais de perto a vida das pessoas. É, contudo, impossível, a partir destes estudos, negar a realidade do medo e o facto de este parecer ocupar, no nosso país, uma dimensão importante da vivência quotidiana, sobretudo em meio urbano. Vejamos, então, o que tem vindo a investigação a informar-nos acerca deste fenómeno.

2.2. Variáveis pessoais associadas ao medo

A generalidade das investigações empíricas sobre o medo do crime tem sido conduzida numa linha diferencial, que procura responder às questões: "Quem tem medo?" (Warr, 1990), "Quem é mais vulnerável ao medo, quando e porquê?" ou "Quais são os correlatos sociais do medo?" (Zedner, 1997, p.587). A resposta a estas perguntas tem sido procurada na pesquisa de um conjunto de variáveis demográficas e socio-psicológicas, tentando-se identificar quais são aquelas que mais contribuem para uma percepção insegura do mundo

Indubitavelmente, o sexo é a dimensão que mais consistentemente tem vindo a ser associada ao medo, com as mulheres a revelarem-se mais receosas do que os homens (e.g., Haghghi & Sorensen, 1996; LaGrange & Ferraro, 1989; Thompson & Norris, 1992; Keane, 1992). Em Portugal, um estudo conduzido na cidade de Lisboa indica também as mulheres como mais inseguras, com maior tendência a considerarem que o crime tinha aumentado no seu local de residência e como adoptando mais comportamentos de auto-protecção (Carvalho, 1991). O maior nível de insegurança das mulheres é confirmado pelos inquéritos de vitimação conduzidos a nível nacional em 1992 e 1994, que apresentam as mulheres como mais temerosas e mais evitantes (Almeida, 1993; Almeida & Alão, 1995).

Contudo, segundo os dados oficiais, as mulheres correm de facto menor risco do que os homens: segundo as estatísticas da Justiça as vítimas de sexo masculino eram, em 1993, quase o triplo das mulheres vitimadas e, embora esta desproporção pareça estar a atenuar-se, em 1998 os homens continuavam a ser quase duas vezes mais atingidos pelo crime oficialmente registado do que as mulheres (GEPMJ, 1998). Este fenómeno de dissonância é conhecido pelo "paradoxo medo - vitimação" (Haghghi & Sorensen, 1996, p.20), para o qual diversas explicações têm vindo a ser avançadas.

Entre estas, é de salientar a ênfase conferida ao conceito de vulnerabilidade, nomeadamente à distinção entre a vulnerabilidade real (física) e a vulnerabilidade percebida (percepção de si como frágil, desprotegida, incapaz de reagir ou de se defender), ambas mais acentuadas nas mulheres do que nos homens (Sykes & Cullen, 1992). Outros autores (e.g., LaGrange & Ferraro, 1989) têm procurado explicar o maior medo feminino a partir de uma análise mais detalhada do medo de diferentes tipos de crime. De acordo com estes, o maior medo das mulheres centrar-se-ia nos crimes violentos e sexuais, sendo os seus níveis de medo aproximadamente iguais aos dos homens quando o crime considerado é o crime contra a propriedade. A relação entre sexo feminino e medo aumenta, pois, quando o tipo de crime em causa acarreta uma maior possibilidade de vitimação sexual. Warr (1990) confirma esta ideia ao afirmar que "a violação é temida mais do que qualquer outro crime entre as mulheres jovens, é percebida como sendo aproximadamente tão grave como o homicídio, o medo da violação está ligado de perto ao medo de outros crimes, e a sensibilidade das mulheres jovens à violação (...) é maior do que a de qualquer outro grupo de idade / sexo a qualquer crime" (p.902).

Por outro lado, torna-se necessário salientar que as mulheres estão mais sujeitas a crimes tipicamente não participados à polícia (e.g. violência doméstica, crimes sexuais) e que, como tal,

não são levados em consideração nos números oficiais do crime. Assim, o dito paradoxo poderá ser menor do que se supõe e o maior medo das mulheres poderá ser explicado por este volume de violência não revelada ao qual estão sujeitas, grande parte da qual assume um carácter sexualizado.

Assim sendo, violência doméstica e violência sexual constituem importantes factores explicativos da insegurança feminina, quer pela sua real e ignorada dimensão, quer por constituírem um "pano de fundo violento" do que é a existência quotidiana de muitas mulheres. Esta violência decorre quer da sua vulnerabilidade real, quer da vulnerabilidade percebida das vítimas (aprendida no decurso de processos de socialização estereotipados em função do género).

A seguir ao sexo, a idade é a variável mais usualmente referida como moderadora de diferentes níveis de medo, sendo os sujeitos idosos usualmente indicados como mais receosos (e.g., Feldman, 1993; van der Wurff, Staalduinen & Stringer, 1988). Repete-se, assim, o paradoxo medo/risco a que atrás nos referimos, dado que, atendendo às estatísticas oficiais, os idosos correm, tal como as mulheres, menores riscos de vitimação. Também nos inquéritos de vitimação (Almeida, 1993; Almeida & Alão, 1995) os idosos aparecem pouco representados (aí são os jovens que surgem como as principais vítimas, quer nos crimes pessoais, quer nos patrimoniais).

Quanto às interpretações elaboradas para este paradoxo, elas são na generalidade as mesmas já anteriormente descritas. Os idosos teriam uma maior vulnerabilidade real e percebida e antecipariam o impacto do crime potencial como mais grave. Poderíamos igualmente falar dos números negros da violência doméstica contra os idosos (Saraga, 1996).

Contudo, apesar de a maioria das referências convergirem no sentido descrito, alguns estudos têm suscitado interrogações quanto à aplicabilidade generalizada desta relação, ou têm-na mesmo contestado directamente. Assim, Warr (1990), apesar de postular um efeito da idade no medo, de acordo com a direcção esperada, salienta a interacção desta variável com o sexo. Esta interacção permitiria delimitar dois grupos opostos quanto ao medo: "os homens jovens são o grupo menos receoso e as mulheres idosas são o mais receoso" (p.898). Contudo, as mulheres jovens, devido ao efeito do medo da violação atrás referido, apresentam níveis de medo superiores aos homens idosos, o que leva Warr a considerar que o efeito da variável sexo se sobrepõe ao da idade.

LaGrange e Ferraro (1989) são ainda mais críticos da investigação neste domínio, considerando que é a indefinição conceptual e a simplicidade metodológica da maioria dos

estudos que conduz a resultados de maior medo nos idosos. Assim, algumas das medidas de medo utilizadas (e. g., considerar ou não o crime como um dos principais problemas nacionais) seriam melhor entendidas como medidas de preocupação genérica com o problema criminal, sem ligação directa com os níveis de medo ou com a própria apreensão do risco pessoal. Por outro lado, as questões mais frequentes (e. g., "medo de andar sozinho, à noite, na zona de residência"), usadas na investigação sobre o medo do crime fazem referência a actividades muito distantes do quotidiano da maioria das pessoas, particularmente dos idosos e das mulheres, sendo provável que suscitem respostas indicadoras de níveis exagerados de medo (ibidem). Criticam ainda a investigação feita com base num único indicador do medo, pelo que se preocuparam em distinguir crime pessoal de crime contra a propriedade, particularizando, em relação a cada um, diferentes tipos de crime.

A partir destas preocupações metodológicas, os autores encontraram maiores níveis de medo nos jovens relativamente aos crimes pessoais e não encontraram relações significativas entre idade e medo de crimes contra a propriedade, nem entre idade e percepção de risco. Assim, os autores concluem que "a relação entre idade e medo do crime não é tão proeminente como a relação entre género e medo do crime (ibidem, p.708), mesmo no caso das questões genéricas usualmente formuladas. Diversos outros estudos (e.g., Taylor & Covington, 1993) vieram confirmar que "as pessoas mais velhas não têm mais tendência a ter medo do crime do que os outros grupos etários" (Ferraro & LaGrange, 1992, p.241) e alguns deles apresentam mesmo relações inversas entre medo e idade (Rountree & Land, 1996).

A pertença étnica é também uma dimensão frequentemente analisada no estudo do medo. A generalidade dos estudos conduzidos nos EUA e na Inglaterra apontam as populações pertencentes a minorias étnicas como mais inseguras (Haghighi & Sorensen, 1996; Skogan, 1995). De entre estes, a maioria dos estudos tem incidido sobre a população de etnia negra, concluindo que "os negros têm muito mais medo do crime e (...) há boas razões para isso. Os negros têm maior probabilidade de ser vitimados e de viver em vizinhanças onde o crime sério é frequente" (Skogan, 1995, p.69). A resposta de medo parece ser, portanto, uma resposta racional ao risco efectivo vivido por estas populações.

Estritamente associada à questão étnica está a da posição social dos sujeitos receosos. Como seria de esperar, os sujeitos mais carenciados são frequentemente apontados como mais receosos, quer devido à sua exposição diferencial ao crime violento (pela proximidade residencial das zonas urbanas mais problemáticas), quer pela sua vulnerabilidade económico-social (que

agrava o impacto da vitimação), quer ainda pela sua maior dificuldade em desenvolver estratégias securitárias em torno da casa ou de evitarem contextos percebidos como perigosos.

Finalmente, a investigação tem apresentado resultados extremamente ambíguos no que concerne à relação entre vitimação e medo: se alguns autores (e.g., Thompson & Norris, 1992) consideram o medo uma função da experiência de vitimação, outros dizem ser essa relação nula ou muito reduzida (Haghighi & Sorensen, 1996). Skogan (1987 cit. Feldman, 1993) afirma que não há relações lineares entre vitimação e medo, sendo que "para algumas vítimas o medo aumentou, para outras a experiência na verdade reduziu-o, particularmente para aquelas que tomaram precauções subsequentes" (p.76-77). Nos estudos realizados em Portugal, as vítimas apresentam-se como mais receosas, particularmente em relação aos crimes pessoais, que percebem como estando em maior crescimento (Carvalho, 1991; Almeida, 1993). Contudo, é importante a conclusão de Almeida e Alão (1995) de que crescente pedido de reforço dos efectivos policiais (sobe de 18% em 1992 para 31% em 1994) não é atribuível àqueles que foram vítimas de crimes.

Outros estudos têm-se dedicado à análise da vitimação vicariante (consequências psicológicas da vitimação de outros próximos), apontado-a como uma das fontes de insegurança (Sykes & Cullen, 1992). Entre nós, Carvalho (1991) encontra a referência à vitimação indirecta como fonte de medo em 77,4% dos sujeitos. Os rumores sociais que se geram a propósito dos episódios de vitimação e que se podem designar por rumor inseguro (Ackermann, Dulong & Jeudy, 1983) são igualmente apontados como uma das principais fontes de insegurança, pela difusão que fazem das experiências individuais que são dessa forma partilhadas e veiculadas por uma vasta comunidade de sujeitos.

A par desta assimilação vicariante das experiências inseguras, alguns autores (e.g., Gerbner, 1987), salientam a natureza socialmente induzida da insegurança, enfatizando que os meios de comunicação social expõem as pessoas a uma sobre-representação da violência, desproporcionada face à sua incidência factual. Estudos actuais sustentam esta ideia ao demonstrarem uma associação significativa entre medo (sobretudo de crimes graves) e exposição a informação jornalística que dedica grande atenção ao crime violento (O'Connor & Whelan, 1996; Sparks, 1992a).

A posição de Gerbner tem vindo, no entanto, a ser criticada por supôr que o público tem uma atitude de passividade e falta de sentido crítico do face às representações do crime que lhe são oferecidas. Uma explicação alternativa para a relação medo do crime/exposição aos *media*

tem sido fornecida pelos teóricos da "exposição selectiva" (cf. Sparks, 1992a). Estes demonstraram que os sujeitos com maiores níveis de medo apreciam mais a ficção violenta, o que pode ser explicado pelo facto de a maior parte das narrativas implicar a restauração da ordem, devolvendo aos sujeitos ansiosos uma sensação de controle e segurança. A informação que os sujeitos tiram da programação dedicada aos temas criminais seria, assim, uma grelha de enquadramento da sua experiência insegura, fornecendo-lhes convenções interpretativas que lhes permitem melhor gerir o medo.

2.3. Variáveis ambientais indutoras de medo

À medida que se desenvolveu a investigação sobre o medo do crime, começaram a ser formuladas questões que se situavam para além da mera diferenciação dos sujeitos com maior medo do crime. Emerge uma segunda significativa área de pesquisa: quais são as pistas do meio físico e social imediato que estimulam a percepção do risco e o medo?

Segundo Warr (1990), a escuridão constitui a mais óbvia condição geradora de medo. Um estudo conduzido por aquele autor demonstra que esta é, de facto, a pista contextual com um maior efeito isolado, seguida da novidade. Como afirma Warr (1990) "o sentimento de domínio do meio é essencial para os sentimentos de segurança" (p.893). Assim, os ambientes desconhecidos são sentidos como imprevisíveis, dada a ausência de uma aprendizagem prévia que nos permita identificar e rapidamente reagir ao perigo eventual.

Finalmente, como nos diz Warr (1990), "estar só num meio realmente perigoso é a matéria prima dos pesadelos" (p.895). Assim, a solidão pode ser considerada a terceira variável geradora de medo, quer pela maior atractividade de um alvo isolado para um eventual criminoso, quer pela ausência de figuras de recurso numa situação de perigo. Esta percepção parece ser correspondente à avaliação responsável por uma das mais usuais estratégias de prevenção utilizadas: evitar sair só, particularmente à noite (Williams, Singh & Singh, 1994).

Das características atrás enunciadas, uma refere-se a um aspecto da interacção pessoa-meio (novidade), outra a uma característica circunstancial (presença ou ausência de outros e suas características) e apenas uma (visibilidade), tendo características também circunstanciais (noite), se pode encontrar em aspectos estruturais do meio (características do *design* ambiental que a favorecem ou não). Assim, alguns estudos têm procurado determinar locais concretos geradores de medo, designando-os por "*hot spots*" (Maltz, 1990 cit. Nasar & Fisher, 1993, p.183) do medo

e do crime. Estes são áreas caracterizadas por reduzida visibilidade, possibilidade de esconderijo para um ofensor e diminutas possibilidades de fuga.

A atenção a estes aspectos micro-ambientais tem sido notória em diferentes projectos de prevenção criminal, havendo mesmo casos de cidades em que foi definido um conjunto de regras de *design* a aplicar ao nível do planeamento urbanístico, nomeadamente "recomendações para não se obscurecerem as linhas de visão, boa iluminação, oportunidades de vigilância no alojamento, espaços públicos, parques de estacionamento e edifícios comerciais" (Trench & Jones, 1995, p.14).

Uma outra linha de análise das dimensões estruturais do ambiente físico é a que diz respeito à associação entre a desordem ambiental - as incivildades - e o medo. Diversos estudos (Nasar & Fisher, 1993) têm sugerido que as pistas de desordem, físicas (*graffitis*, prédios degradados, lixo nas ruas) ou comportamentais (bêbados nas ruas, prostituição, consumo de drogas na via pública) influenciam a formulação de julgamentos de risco. O impacto destas incivildades pode ser sistematizado em três níveis: estas minam os mecanismos de controlo comunitário informal sobre o desvio, estimulam a preocupação acerca da segurança da vizinhança e diminuem a qualidade de vida e os laços sociais locais (Bottoms & Wiles, 1997). O medo do crime funcionaria, pois, como um processo auto-alimentador, em que a desordem crescente aumenta o medo e diminui a cooperação entre os habitantes, estimulando o aparecimento de novas desordens.

Este efeito, no entanto, está longe de ser universal. Variáveis como a estabilidade da vizinhança, o seu bem-estar económico e a importância relativa de outros problemas parecem ter um importante papel moderador no medo (Taylor, 1999). As incivildades serão, pois, activadores situacionais do sentimento de desterritorialização mas apenas em comunidades carenciadas e inseguras acerca do seu futuro, sendo que nas comunidades mais estáveis o seu impacto é neutralizado e, nas mais carenciadas, a sua importância relativa é diminuída pela comparação com problemas mais prementes (Matthews, 1992). Por outro lado, diversos autores têm salientado que as correlações encontradas entre desordem ambiental e medo se poderão dever sobretudo à vulnerabilidade económica das populações que residem nos meios mais degradados. Pode-se, pois, dizer, que, apesar do carácter promissor desta linha de investigação, a sua validação empírica é ainda pouco conclusiva.

3. Síntese dos resultados da investigação

Apesar da indefinição conceptual que obscurece os resultados da investigação analisada, torna-se possível, a nosso ver, dela inferir quatro conclusões essenciais:

(1) Embora seja possível falar-se de um nível genérico do medo - que Keane (1992) designa por "*formless fear*" - torna-se importante distinguir diferentes dimensões que contribuem para ele (e.g., percepção de risco, impacto percebido do crime, vulnerabilidade percebida, preocupação securitária) e que parecem tratar-se de processos relativamente independentes. A apoiar esta conclusão relembramos que, de acordo com o nível de medo medido, há, em vários estudos, diferenças quanto às variáveis preditoras encontradas. A medida do medo através de indicadores únicos poderá obscurecer esta diferenciação conceptual, bem como conduzir à sobrestimação do medo.

(2) As variáveis demográficas parecem ter um importante papel moderador do medo. Isto é, apesar da generalidade dos autores concordarem que o medo não é dissociável da realidade criminal "objectiva" (e.g., crescimento do crime, taxas de vitimação), enfatizam que este risco é subjectivamente apreendido. Diferentes sujeitos reagem de forma muito diversa face à mesma realidade externa e, apesar da variabilidade entre estudos, parece haver um consenso em torno do maior medo urbano, feminino, das classes mais carenciadas e das minorias étnicas.

(3) Embora a generalidade da investigação se centre nas variáveis demográficas, cada vez mais tem vindo a ser referida a importância de se perceber quais são os processos psicológicos moderadores da apreensão da realidade criminal. Os níveis de crime na comunidade, o risco corrido, ou mesmo fenómenos tão concretos como uma vitimação sofrida, têm um impacto que é moderado pela definição que o sujeito faz dessa situação.

(4) Tal como é erróneo supor uma unicidade no conceito de medo, é enganoso sustentar a ideia de que este se trata de algo estável inter-situacionalmente. O medo varia de forma de acordo com os contextos em que os sujeitos se encontram e verificam-se interacções significativas entre as características ambientais e as variáveis demográficas (e.g., sexo). Tal leva-nos a concluir que, em matéria de medo, dificilmente podemos falar de tipos únicos: nem o sujeito receoso típico (mulher, urbana, pertencente a minorias étnicas, pouco diferenciada culturalmente e com poucos recursos económicos, residente em comunidades desordeiras) se encontra permanentemente num estado de activação emocional decorrente do medo, nem o sujeito caracteristicamente sem medo (homem, branco, jovem, com posses e residente em comunidades tranquilas) estará imune a ele, caso se encontre em situações que lhe façam perceber o perigo como possível.

Estas conclusões levaram-nos a delinear um conjunto de orientações para o estudo da insegurança na cidade do Porto, que passamos a apresentar:

- a) recurso a múltiplos indicadores para a avaliação do medo;
- b) adopção, na medida do possível, de um formato aberto para as questões formuladas, de forma a que as respostas traduzissem as categorias de significado mais salientes para os sujeitos;
- c) formulação de um protocolo de avaliação que, tanto quanto possível, abarcasse a generalidade das variáveis analisadas nos estudos anteriores¹, mas que, para além dessas:
- d) explorasse os contextos, figuras e significados dos medos revelados;
- e) opção por métodos diversificados de tratamento dos dados, em que, a par de procedimentos estatísticos de exploração das diferenças entre grupos (que podemos designar por uma linha diferencial de tratamento dos dados), se utilizassem, simultaneamente, estratégias de análise estatística orientadas para a exploração da eventual dimensão configuracional dos resultados.

¹À excepção da etnia (pela reduzida expressão do fenómeno inter-racial no Porto); e das desordens físicas (dado que, como vimos em estudos anteriores, são sobretudo as desordens comportamentais que se revelam significativas para o medo).

B. ESTUDOS EMPÍRICOS

I. PRIMEIRO INQUÉRITO SOBRE INSEGURANÇA URBANA (1997)

1. Objectivos

Dada a inexistência de estudos aprofundados conduzidos em Portugal, especificamente centrados no tema da insegurança, à data do início da nossa investigação, o principal objectivo do nosso primeiro estudo empírico consistia em caracterizar o medo do crime na cidade do Porto, em termos da sua dimensão, das variáveis que contribuía para o seu agravamento e das configurações narrativas que lhe conferiam significado. Pretendíamos, assim, que este estudo nos fornecesse um primeiro mapa cognitivo de leitura do fenómeno da insegurança na cidade, dando-nos uma visão de conjunto deste, bem como verificar até que ponto se reproduziam entre nós os principais resultados das investigações conduzidas noutros países, cujos resultados principais sintetizámos no ponto anterior.

2. Metodologia

Levando em consideração a análise crítica atrás efectuada sobre as investigações dominantes nesta área, tornava-se claro para nós que uma mera replicação do formato destas, através do recurso a instrumentos análogos aos que usualmente se utilizam, se mostrava algo insuficiente para atingirmos os objectivos acima delineados. O carácter lato destes, em paralelo com o desconhecimento que existia sobre como é que as pessoas viviam a tão falada insegurança, exigia-nos, em simultâneo, uma maior flexibilidade do instrumento de recolha - para que este captasse as categorias de significado sobre este tema mais relevantes para os sujeitos - e uma sua maior latitude - de forma a que, para além das questões tradicionais dos inquéritos (e.g., nível de medo, crimes mais e menos temidos), pudéssemos explorar outras dimensões que nos pareciam de igual relevo (e.g., contextos activadores do medo, figuras do medo, narrativas do crime, julgamentos morais sobre o crime).

2.1. Estudo exploratório

A fim de podermos elaborar um instrumento de avaliação mais adequado aos nossos objectivos, começamos por conduzir um estudo prévio, através do qual pretendíamos identificar as principais categorias de significado associadas à questão da insegurança (e.g., actos, figuras, contextos - horas, dias e locais do medo -, comportamentos de auto-protecção e figuras de recurso). Tínhamos ainda por objectivo, nesta etapa, determinar até que ponto o tema "crime" era espontaneamente referido pelos sujeitos como causa de medo e/ou insegurança (optámos por diferenciar estes dois conceitos para percebermos se as preocupações com o crime se associavam mais a um deles e assim podermos escolher qual a designação a adoptar no instrumento a construir), a fim de estabelecermos a sua saliência e relevância como objecto de investigação.

Utilizámos, para tal, uma entrevista aprofundada, em formato aberto, realizada junto de 74 sujeitos residentes na cidade do Porto. Estes foram seleccionados segundo uma lógica de amostragem de conveniência, considerando-se que, apesar do seu carácter pouco aleatório, este método amostral "pode ser usado com êxito em situações nas quais captar ideias gerais e identificar aspectos críticos (...), como é o caso da realização de pré-testes" (Vicente, Reis & Ferrão, 1996, p.64), é o principal objectivo.

Os resultados deste primeiro estudo indicaram-nos, desde logo, a relevância do crime quer enquanto causa de insegurança (referido por cerca de 59% dos sujeitos), quer de medo (62%)². Permitiram-nos, ainda, identificar quais os tipos de crime, figuras criminais, contextos do medo, estratégias defensivas e figuras securizantes mais usualmente referidas.

2.2. Instrumentos

Na sequência destes resultados foi-nos possível organizar um guião de entrevista semi-estruturada, que incluía, para além de questões de resposta aberta, outras de formato fechado, cujas opções de resposta correspondiam, precisamente, às categorias de significado emergentes do pré-teste. Em função da proximidade de resultados que obtivemos no estudo exploratório quando usámos o termo "medo" e quando recorremos à designação de "insegurança", optámos por, nesta entrevista, utilizar como designação preferencial a de "medo do crime", por nos parecer a tradução mais directa do nosso objecto de estudo.

As áreas abordadas nesta entrevista são, então: (i) estudo da presença do crime e do sentimento de insegurança na interacção quotidiana das pessoas (incluindo o papel dos *media*);

(ii) avaliação dos níveis de medo e percepção que os sujeitos têm quanto à flutuação do crime (no Porto e no país em geral); (iii) identificação dos crimes, dos actores, dos espaços e dos períodos temporais mais e menos temidos pelos cidadãos do Porto, bem como das figuras securizantes face ao crime; (iv) análise das configurações narrativas do imaginário da insegurança e do medo; (v) identificação das estratégias defensivas mais comumente utilizadas para protecção contra o crime; (vi) caracterização do impacto da vitimação directa, bem como da vitimação vicariante, nos níveis e características do medo; (vii) exploração das atribuições causais para o crime (na perspectiva do actor e do observador) e grau de tolerância face a este.

2.3. Procedimentos e amostra

O período de recolha das entrevistas decorreu entre Abril e Agosto de 1997, tendo estas sido realizadas porta a porta, por uma equipa de entrevistadores (duas licenciadas em Psicologia e um grupo de alunas do 4º e 5º ano da licenciatura em Psicologia da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto) que receberam formação nesta metodologia, coordenados por uma técnica especializada.

A amostra que participou neste estudo foi constituída por 467 sujeitos com mais de 16 anos, moradores na cidade do Porto. Utilizámos uma forma de amostragem multi-etápica, tal como esta é definida por Vicente, Reis e Ferrão (1996). Segundo estes autores, esta é, basicamente, uma extensão do método de amostragem por *clusters*, em que se começa por elaborar um base amostral constituída por uma listagem de *clusters*, dos quais é retirada aleatoriamente uma primeira selecção e, a partir desta, se extrai uma segunda amostra aleatória. A nossa opção por este método de amostragem decorreu de dois critérios centrais: o facto de a listagem dos quarteirões da cidade ser a única base de amostragem de que dispúnhamos e o facto de este método, na medida em que selecciona unidades geográficas, permitir, com os mesmos custos, realizar um maior número de entrevistas (Fink, 1995; Henry, 1990). Acresce ainda, a estas razões, o facto de a entidade que havia solicitado este estudo - a Câmara Municipal do Porto - utilizar habitualmente este procedimento amostral nos inquéritos que periodicamente realiza, tendo-se mostrado interessada na sua continuidade.

² As outras causas de insegurança referidas foram os problemas económicos (28,3%), a doença e os acidentes (21,6% cada) e as perdas afectivas (10,8%). Por sua vez, como outras causas de medo foram-nos referidas a doença (35%), as perdas afectivas (21,6%), os acidentes (20,2%) e os problemas económicos (5,4%).

Assim, definimos como unidade amostral primária o quarteirão³ e obtivemos uma primeira amostra aleatória de 15 unidades, nas quais contactámos todas as residências. Em cada residência, entrevistámos apenas um sujeito, solicitando-se que este fosse o membro da família que tivesse sido o último a fazer anos (de forma a garantir a total aleatoriedade da participação). Apenas um dos contactados recusou responder à entrevista proposta.

Em termos descritivos, a amostra final era composta por 467 sujeitos, 175 indivíduos do sexo masculino (37,5%) e 292 do sexo feminino (62,5%), com idades compreendidas entre os 16 e os 92 anos (26,8% entre os 16 e os 25 anos; 29,3% entre os 26 e os 40; 28,9% entre os 41 e os 60 e 15% com mais de 60 anos). Em termos de estatuto social, 34,3% foram considerados (com base num conjunto de questões, parcialmente adaptadas da escala *Graffar* e avaliadas por dois juizes independentes) como pertencendo a um nível baixo, 20,2% ao nível médio-baixo, 18,3% ao nível médio, 18,6% ao nível médio-alto e 8,6% ao nível alto.

3. Resultados

A primeira etapa do processo de tratamento dos dados consistiu na análise de conteúdo das respostas às perguntas abertas, de forma a obtermos categorias que nos permitissem representar, de forma condensada, os principais significados expressos pelos entrevistados (Bardin, 1995). As categorias assim encontradas funcionam, a todos os títulos, como variáveis nominais, permitindo o conjunto de testes estatísticos aplicáveis àquelas.

Após esta etapa prévia, conduzimos a nossa análise dos dados em três momentos distintos, em função dos objectivos que havíamos traçado:

(1) a descrição e redução dos resultados, através do recurso à estatística descritiva, com o objectivo central de caracterizar o comportamento das nossas variáveis e de assim acedermos a uma primeira imagem da insegurança na cidade do Porto;

(2) a análise bivariada, em que recorremos a um conjunto de procedimentos próprios da estatística inferencial (quis-quadrados, teste *U* de Mann-Whitney, teste *H* de Kruskal-Wallis, testes *t* ou ANOVAs), para explorar as diferenças entre grupos (identificados a partir das variáveis socio-demográficas mencionadas pela investigação internacional);

(3) a análise multivariada, em que, através da análise factorial de correspondências múltiplas, analisámos o modo de agregação das variáveis estudadas.

³ Segundo o Plano Director Municipal, a cidade do Porto encontra-se dividida em 2114 quarteirões.

3. 1. Análise univariada

a) Crime como tema de interacção social

A maioria dos nossos sujeitos (62,7%) referiu ter, durante a última semana, conversado ou ouvido falar de temáticas relacionadas com o crime, usualmente com amigos, familiares, colegas ou vizinhos. Estas conversas centravam-se na insegurança em geral (24,6%) e no crime violento (16,7%), denotando, por um lado, a focalização da atenção do público na criminalidade mais grave (mas também mais rara) e, por outro, a banalização do tema "insegurança" como tema de interacção social e a sua constituição como um objecto, em si mesmo, merecedor de interesse. É a insegurança e não apenas o crime que nos preocupa; é a insegurança e não somente o crime que é pretexto de discurso.

Dada a formulação desta pergunta, que, ao perguntar se conversou ou ouviu falar sobre estes temas, poderá induzir um nível interpessoal de resposta, não é de espantar que os *media* sejam mencionados apenas por 8,6% dos entrevistados como fontes imediatas de informação sobre o crime. Contudo, quando questionados sobre os seus hábitos de visionamento televisivo, 27,6% dizem-nos ver usualmente programas que incidem particularmente sobre esta temática (e.g. Casos de Polícia) e quando se analisam os temas tratados a nível interpessoal verificamos que, na maioria dos casos, estes eram precisamente casos criminais específicos, divulgados através dos *mass media*.

b) Níveis de medo

63,2% dos sujeitos entrevistados apresentam níveis de medo elevados (situados entre 3 a 6 pontos numa escala de Likert de 1-6), sendo de destacar que 20,6% se situam no nível mais alto de medo da escala. Apenas 11,1% se colocam na posição oposta.

Apesar da diferente formulação das questões, estes resultados vão, globalmente, de encontro aos do inquérito de vitimação de 1994 (Almeida & Alão, 1995), no qual 64% dos inquiridos no concelho do Porto dizia ter medo de andar só, à noite, na sua área de residência. O medo do crime é, pois, uma presença disseminada e, muitas vezes, intensa na vivência urbana.

c) Flutuações do crime

De acordo com o elevado nível de medo que encontramos, predomina igualmente a ideia de que as taxas de crime têm vindo a subir, tanto no Porto (61,9%), como no resto do país, embora se percepcione o crescimento do crime como mais acentuado "lá fora" (82,2%). Podemos, assim dizer, que há uma percepção do crime como fenómeno em escalada, embora, para alguns sujeitos ele continue a ser predominantemente um assunto não local.

d) Medo do crime no Porto

A maioria dos sujeitos (50,7%) diz-nos ter medo em qualquer dia da semana, indiscriminadamente, o que parece reforçar a ideia da difusão do sentimento de medo.

Comparativamente, contudo, o fim-de-semana é mais temido que os dia úteis (27,6% para 11,3%). Apenas 5,8% dos sujeitos nos dizem nunca ter medo. O período mais temido é o da noite/madrugada, que, conjuntamente, reúnem 69,4% das respostas. De salientar ainda que 21,6% dos entrevistados nos diz ter medo a qualquer hora.

O medo centra-se em determinadas zonas da cidade, que configuram mapas mentais do medo (cf. Fig. 1). Estes incluem, habitualmente, zonas da cidade que a maioria dos sujeitos (79%) refere conhecer pessoalmente, muito embora seja de salientar os 21% de entrevistados que temem lugares onde nunca estiveram.

inserir mapa do medo - fig 1

e) Estratégias defensivas

Raros são os sujeitos (6,6%) que não usam mais do que uma estratégia de defesa contra o crime. O mais comum é a utilização de 5 a 6 estratégias defensivas em simultâneo.

Destas, as mais comuns são estratégias relativamente banais ou passivas, que quase não requerem ao sujeito um esforço económico suplementar nem alterações no seu estilo de vida (fechar bem portas - 84,6%; estar alerta - 82,7%; ocultar os bens mais valiosos - 63,4%). Evitar zonas perigosas é considerada por 76,2% dos sujeitos uma boa estratégia de prevenção criminal, indicando a espacialização do medo a que atrás nos referimos. O evitamento de desconhecidos é também uma estratégia comumente adoptada (48,6%).

Outras estratégias, mais onerosas (instalar fechaduras, adquirir ou andar com objecto de defesa) são menos utilizadas (44,8% e 9,2%, respectivamente), embora seja notável que quase metade dos sujeitos inquiridos (note-se que 49% da amostra possui poucos recursos económicos) tenha sentido a necessidade de instalar fechaduras de segurança. O uso de estratégias interpessoais está também presente, embora não tão difundido como outras das estratégias a que já nos referimos: 41,3% dos sujeitos dizem-nos que evitam andar sós e 38,8% afirmam trazer consigo o contacto de alguém a quem possam recorrer, caso seja necessário.

De salientar que, apesar do sentimento de medo e insegurança acentuado, apenas 9,2% dos entrevistados afirma ter adquirido um objecto de defesa particular, mais concretamente, armas, o que se revela um dado positivo.

f) Crimes mais e menos temidos

O crime mais temido é o homicídio (67,5%), seguido da violação (58,7%), da agressão (43,7%) e dos intrusos em casa (40,5%). O assalto é o crime mais receado por 35,8% dos sujeitos. O menos receado é a burla (escolhida como menos temido por 37,7% dos indivíduos).

Confirma-se, desta forma, a centração das preocupações no crime violento e, particularmente, nas suas formas mais gravosas.

g) Figuras do medo

Das figuras apresentadas aos sujeitos, a mais temida parece ser a do grupo organizado (80,9%), considerada também como possuindo elevada tendência para cometer crimes (88,7%). O criminoso sexual é também muito temido (66,2%) e considerado propenso ao delito (79,2%). Saliente-se, a propósito destas figuras, o seu afastamento da realidade quotidiana portuguesa e, como tal, da experiência da maioria dos cidadãos. Desta forma o imaginário do medo parece estar, em parte, preenchido por agentes dos quais não há experiência directa, tal como vimos que acontecia com os cenários imaginados do perigo.

As figuras do toxicodependente e do cigano são igualmente receadas (por 49% e 51,8% dos sujeitos) e conotadas com a prática de crimes (69,2%; 66,4%). Saliente-se, contudo, o marcado desnível verificado entre o nível de medo suscitado pelo toxicodependente, bastante menor do que a avaliação da sua propensão para o crime. Este dado, sugere que o estereótipo do toxicodependente, nomeadamente a sua conotação com a prática de crimes, se situará a um nível mais cognitivo, podendo ser parcialmente desconfirmada ao nível mais subjectivo/experiencial, particularmente, quando existe um conhecimento directo ou personalizado destas figuras.

Subsiste, curiosamente, o medo do louco (55%) e a associação da doença mental com a violência (56,3%). Curiosamente, o arrumador de automóveis não surge com uma posição destacada neste inquérito, sendo bastante temido apenas por 31% dos sujeitos, embora 42,6% o considerem propenso ao crime. Verifica-se aqui o mesmo fenómeno referido para o toxicodependente, o que nos leva a colocar uma hipótese análoga para a sua explicação, tanto mais que as duas figuras frequentemente se confundem.

Outras figuras surgem, com menor relevo, como, por exemplo, o bêbado (bastante temido apenas por 23,8% e julgado com apetência para o crime por 30,2%) ou o grupo de jovens (31,3% e 36,8% respectivamente).

A prostituta é uma figura pouco indutora de medo (7,3%) e pouco julgada como agente de crimes (12,6%). O polícia é, de todas, a figura menos temida (6,4%), embora seja de salientar o desnível entre este valor e o dos que o consideram como tendo elevada propensão para o crime (16,1%). Isto é, se aparentemente a figura do polícia é uma figura essencialmente neutra ou positiva, em termos de medo, para a maioria dos inquiridos, alguns haverá que a percebem de forma mais ambígua, percebendo-a como potencial agente criminal, embora tal não pareça ter repercussões no nível de medo pessoal.

h) Narrativas do medo

Quando se solicita aos sujeitos a evocação espontânea das situações que temem, o que predomina é também, confirmando os dados anteriores, o crime violento que, isolado ou associado ao crime contra a propriedade, surge em 40.5% das narrativas.

Verifica-se nestas um leque relativamente reduzido de figuras de medo. O agente deste crime é usualmente figurado como toxicodependente (36,7%) ou como um indivíduo "com mau aspecto" (23,4%) (descrito como porco, mal vestido, magro, com ar de vadio), descrição esta que nos parece coincidir também com o estereótipo do toxicodependente-*junkie* ou do arrumador.

A comparação das personagens causadoras de medo, que emergiram dos relatos livres, com as respostas dadas às perguntas fechadas (em que se pedia aos sujeitos para nos dizerem o seu medo de diversas tipos de pessoas), sugere-nos que, embora pouco salientes no imaginário popular, certas figuras (e.g., grupo organizado, toxicodependente) poderão encontrar, caso sejam propostas (por exemplo, através da televisão), elevada responsividade por parte do público como fontes de medo. O mesmo parece poder dizer-se em relação ao cigano. A figura do toxicodependente, sendo a única que, em ambas as formas de avaliação, mantém uma posição de destaque, será, pois, a figura que mais directamente encarna o perigo. Outras figuras, embora não sendo espontaneamente evocadas, suscitam elevada adesão, enquanto estereótipos criminais.

Quando mais informações são acrescentadas sobre o criminoso, este é usualmente representado como jovem ou jovem adulto (78%), de sexo masculino (98,4%) e agindo maioritariamente só (59,5%), embora muitas vezes também imaginado em contexto de grupo (40,5%). Por oposição, a vítima foi-nos sempre descrita como estando só.

Os cenários do medo são, tal como já tínhamos visto, sobretudo espaços públicos abertos (e.g. ruas da cidade), embora alguns sujeitos situem a sua narrativa de medo em casa (17,9%), envolvendo sempre, neste caso, a intrusão de um desconhecido no espaço doméstico. A descrição física dos locais públicos temidos envolve características de isolamento (locais desertos - 49,4%) e escuridão (30,3%), muitas vezes associadas.

i) Vitimação

Cerca de 26,7% dos sujeitos da nossa amostra referiram ter sido já vítimas de crimes, na sua maioria (23,3%) actos isolados. A discrepância deste número com o que é referido no

inquérito de vitimação de 1994 para o concelho do Porto (Almeida & Alão, 1995) - 41,7% - não será de estranhar, se atendermos ao tipo de formulação das questões usada numa e noutra investigação. De facto, enquanto no inquérito de vitimação o que interessa é obter uma estimativa o mais rigorosa possível da percentagem de sujeitos que foram alvo de crimes, questionando-os, por isso, sobre se foram vítimas de uma listagem exaustiva dos actos criminais possíveis; na presente investigação, o que nos interessava era a dimensão subjectiva da experiência criminal, a representação de si mesmo como tendo ou não sido vítima, pelo que apenas formulámos uma questão genérica para identificar a vitimação. Dado que muitas das ocorrências tipificadas pela lei penal como crimes poderão ser subjectivamente experienciadas apenas como ocorrências conflituais, mas não criminais (por exemplo, o crime de injúrias, extremamente frequente no Porto, segundo o referido inquérito de vitimação), não será de admirar que estas não sejam referidas pelos sujeitos no contexto de uma pergunta genérica sobre vitimação criminal.

No que diz respeito à análise do tipo de crimes reportados, estes contrastam de forma nítida com os medos atrás descritos: a criminalidade experienciada foi, quase sempre (82,3%), de crimes contra a propriedade, que ocorrem maioritariamente de dia (76,4%), perpetrados por agentes desconhecidos (50,5%) ou não identificados (31,7%) e que agiam usualmente sós (69%). Dos sujeitos vitimados que oferecem uma caracterização do seu agressor, a categoria mais significativa é a do toxicodependente (28,3%). Se atendermos a que raramente esse agressor era conhecido da vítima, estamos perante a inferência do seu "estatuto" de toxicodependente, o que confirma, mais uma vez, a associação entre criminalidade e droga no imaginário popular.

O mesmo perfil de crime se verifica quando se averigua sobre a vitimação de familiares ou outros próximos dos entrevistados, sendo que a percentagem de sujeitos que conhecem outros que foram vitimados aumenta para 38,3%. Saliente-se que, nestas circunstâncias, é ainda mais notória a representação do agressor como toxicómano (40%).

j) Figuras de recurso

De entre os sujeitos efectivamente vitimados, 49,5% dizem ter recorrido à polícia. Quando tal não ocorre, a razão maioritariamente apontada (59,4%) é a percepção de ineficácia policial e concomitante ausência de antecipação de resultados positivos de uma tal diligência.

Contudo, a maioria dos nossos entrevistados (51,2%), confrontada com a possibilidade de uma futura vitimação, continua a representar as forças policiais como primeira instância de recurso face a tal ocorrência. A razão principal subjacente a esta escolha parece ser a atribuição à polícia da obrigação/dever de lidar com tais ocorrências.

Em segundo lugar, surgem como figuras de recurso, os familiares/amigos, percebidos, essencialmente, como fontes de apoio emocional. Esta ordem de recurso, sendo a mais comum, poderá muitas vezes ser invertida, mas mantém-se a polícia e a família/amigos como principais agentes securizadores. Como terceira opção surge uma maior dispersão de figuras de suporte, individualmente pouco representativas.

k) Atribuições causais para o crime

Embora haja uma grande dispersão de atribuições causais para o crime (motivos familiares, educacionais, pessoais e sociais) ele é atribuído pelos entrevistados maioritariamente à droga (51,2%), sendo esta apontada, quer como causa isolada, quer como causa que se associa a outras (e.g., necessidade económica, desemprego, perturbação subjectiva) conduzindo ao crime. Esta atribuição parece estar associada à ideia difundida de que os agentes criminais são, frequentemente, toxicodependentes.

l) Justificações para o crime

Apesar dos elevados níveis de medo atrás referidos, a maioria dos sujeitos (60%) afirma considerar que, em determinadas circunstâncias, certos crimes são justificáveis ou desculpáveis. Tais circunstâncias são, essencialmente, situações de extrema necessidade económica (19,5%), nas quais os crimes contra a propriedade são desculpabilizados. Não é, contudo, de ignorar, a quantidade de pessoas (12,4%) para as quais os crimes de agressão, ou mesmo de homicídio, se tornam compreensíveis, em situações de auto-defesa.

Saliente-se, contudo, que as circunstâncias nas quais os nossos sujeitos dizem poder adoptar uma posição mais tolerante face ao crime não são, segundo os próprios, circunstâncias criminais muito comuns⁴. Assim, a tolerância será reservada para uma minoria de crimes, e a criminalidade em geral, que é associada à droga, recebe pouca compreensão.

⁴ A principal circunstância conducente ao crime seria, como vimos, a toxicodependência, mas apenas 10,5% dos sujeitos considera "desculpáveis" os crimes cometidos por motivos associados com a droga.

Um significativo número de sujeitos (31,3%) considera-se, ou pelo menos coloca a hipótese de, em determinadas circunstâncias, ser capaz de cometer crimes. As circunstâncias consideradas como mais prováveis para tal ocorrência são as de defesa pessoal (53,1%) ou de exaltação emocional (14,8%), esbatendo-se, quando a situação é colocada ao nível pessoal, a necessidade económica como circunstância conducente à prática de crimes. Isto é, parece existir um "afunilamento causal", à medida que se progride de uma posição de observador do fenómeno criminal para uma eventual posição de actor, com uma grande diversidade de factores explicativos do crime como fenómeno social (a droga como o mais saliente), para haver menos circunstâncias em que tal se torna compreensível e, ainda menos, em que nos imaginamos a nós mesmos capazes de o cometer.

3. 2. Análise bivariada

Nesta segunda fase da análise dos dados procedemos ao teste sistemático de diferenças entre grupos, grupos estes que foram constituídos a partir das principais variáveis que a investigação sobre este tema tem considerado: sexo, idade, nível socio-económico, vitimação pessoal e vicariante e exposição aos *media*. Comparámos estes sujeitos em função da dimensão mais obviamente relacionada com o sentimento de insegurança - o nível geral de medo relatado (sendo esta uma variável ordinal recorreremos, para esta análise, ao teste *U* de Mann-Whitney ou ao teste *H* de Kruskal-Wallis, dependendo do número de grupos considerados) - à qual acrescentámos duas outras, significativamente relacionadas com esta: a percepção da evolução das taxas criminais (sendo esta uma variável categorial, recorreremos ao teste de qui-quadrado) e o número de estratégias defensivas utilizadas (sendo uma variável proporcional, recorreremos a testes *t* ou a ANOVAs).

Por uma questão de organização do tratamento dos dados, optámos por apenas prosseguir para a análise de diferenças ao nível dos crimes mais e menos temidos (através do teste de qui-quadrado, uma vez que se trata de uma variável categorial) e do nível de medo de cada figura (variável ordinal, pelo que recorreremos ao teste *U* de Mann-Whitney ou ao teste *H* de Kruskal-Wallis) caso os grupos se diferenciasssem no conjunto daquelas três dimensões principais.

a) Comparação dos grupos em função do sexo

A comparação dos sujeitos em função do sexo apresenta resultados que indicam sistematicamente que esta é uma importante variável explicativa dos resultados. Assim, as mulheres obtêm pontuações mais altas nos níveis de medo ($U=15962$; $p<0,001$), percebem mais o crime como estando a aumentar no Porto⁵ ($X^2=12,977$; $gl=2$; $p<0,01$) e utilizam mais estratégias defensivas⁶ ($t=-2,057$; $gl=463$; $p<0,05$).

Estes dados confirmam a tendência, consistentemente descrita em todos os estudos sobre o medo do crime, para as mulheres se mostrarem mais receosas e os homens revelarem menos medo (o efeito de ajustamento aos estereótipos de invulnerabilidade masculina, descrito pelas abordagens feministas, poderá ter sido neste caso aumentado pelo facto, que nos foi impossível contornar, de os entrevistadores serem de sexo feminino).

Existem ainda diferenças significativas entre os sexos relativamente ao tipo de crime temido, sendo que as mulheres temem significativamente mais ($X^2=13,948$; $gl=1$; $p<0,001$) do que os homens a violação (ela ocupa, aliás, o primeiro lugar nos medos femininos) e que os homens temem comparativamente mais o assalto ($X^2=5,839$; $gl=1$; $p<0,05$). Estes resultados vão de encontro ao que tem sido referido noutros estudos (e.g., Warr, 1990; Haghigi & Sorensen, 1996; Carvalho, 1991) sobre a centração dos medos femininos nos crimes sexuais e dos medos dos homens nas ofensas patrimoniais.

Relativamente à agressão, verificam-se também diferenças entre os sexos, havendo mais homens que a escolhem como o crime que menos temem ($X^2=4,884$; $gl=1$; $p<0,05$). Parece haver, assim, entre os sujeitos de sexo masculino uma certa percepção de invulnerabilidade física, menos comum nas mulheres.

As figuras do medo parecem também ser diferentes segundo o sexo dos sujeitos. Assim, consistentemente com o seu maior medo da violação, as mulheres temem significativamente mais o “tarado” sexual ($U=11453,5$; $p<0,001$). Temem também mais os grupos organizados ($U=21266,500$; $p<0,001$), muito embora esta seja uma importante figura de medo, tanto para homens como para as mulheres.

Quer o louco ($U=19887,5$; $p<0,001$) quer o toxicodependente ($U=21702,500$; $p<0,05$) são figuras que as mulheres temem também significativamente mais do que os homens, chegando

⁵Não há diferenças entre os sexos no que diz respeito à percepção de flutuações no País.

⁶Saliente-se que, na amostra em geral, os sujeitos que consideram que o crime tem evoluído mais negativamente apresentam níveis superiores de medo ($k-w=6,457$; $gl=2$; $p<0,05$) e que o nível de medo está significativamente associado ao número de estratégias defensivas utilizadas ($\rho=0,298$; $p<0,01$).

mesmo a ocorrer nestes dois casos uma inversão de posições: a maioria dos homens situa-se no grupo para quem estas figuras suscitam pouco medo e a maioria das mulheres no grupo oposto.

Mesmo figuras relativamente pouco temidas por ambos os grupos, como o alcoólico e os arrumadores, são significativamente mais receadas pelas mulheres ($U=18332,5$; $p<0,001$ e $U=22036$; $p<0,05$, respectivamente).

b) Comparação dos grupos em função da idade

As relações encontradas entre as diferentes variáveis estudadas e a idade apresentam-se menos claras. Assim, embora o nível de medo pareça correlacionar-se com a idade ($\rho=0,116$; $p<0,05$), não se encontram diferenças significativas quando subdividimos os nossos sujeitos nos quatro grupos etários previamente referidos e comparamos os seus níveis de medo ($k-w=4,294$; $gl=3$; $p=0,231$). Não se encontram também diferenças entre estes grupos quanto à percepção da evolução da criminalidade na cidade ($X^2=2,975$; $gl=6$; $p=0,812$) ou no país ($X^2=2,898$; $gl=6$; $p=0,882$), nem a idade se associa de forma significativa ao número de estratégias defensivas utilizadas ($r=0,033$; $p=0,478$).

Estes resultados parecem ir de encontro à ideia, defendida, entre outros, por Ferraro e LaGrange (1992), de que a associação entre a idade e o medo do crime varia consideravelmente em função do tipo de medida utilizada, produzindo-se quando se usam medidas mais genéricas de medo (tal como a nossa pergunta sobre o nível de medo do crime) mas não se verificando quando se introduzem questões mais específicas (e.g., estratégias defensivas).

c) Comparação dos grupos em função do nível socio-económico

Tal como a maioria das investigações sugere, os sujeitos com maior capacidade económica tendem a ter um menor medo do crime ($k-w=22,650$; $gl=4$; $p<0,001$). Outras variáveis, contudo, tais como a percepção das flutuações do crime no Porto ($X^2=4,010$; $gl=8$; $p=0,856$) e no país ($X^2=2,274$; $gl=8$; $p=0,971$) ou o número de estratégias defensivas utilizadas ($F=0,553$; $gl_1=4$; $gl_2=413$; $p=0,697$), não se diferenciam segundo o estrato social.

d) Comparação dos grupos em função da vitimação pessoal

O facto de se ter sido ou não vítima do crime não surge neste estudo como factor discriminativo de qualquer das variáveis analisadas. Assim, os sujeitos que foram vítimas de crimes não apresentam níveis de medo significativamente superiores aos que não o foram

($U=20711$; $p=0,844$), não percebem variações mais desfavoráveis na evolução das taxas de crime no Porto ($X^2=4,514$; $gl=2$; $p=0,105$) nem no país ($X^2=4,642$; $gl=2$; $p=0,098$), nem usam um número significativamente maior de estratégias defensivas ($t=-1,274$; $gl=461$; $p=0,203$).

Parece, assim, confirmar-se que a relação entre vitimação e medo, a existir, não terá uma natureza linear (Skogan, 1987 cit. Feldman, 1993), sendo o impacto do crime no medo provavelmente moderado por um conjunto de outras variáveis (e.g., tipo de crime, características da vítima, suporte social). Por outro lado, podemos levantar a hipótese destes resultados se deverem ao facto da generalidade das vitimações sofridas pelos nossos sujeitos serem de natureza patrimonial, sendo possível que os crimes violentos tenham um impacto mais directo nas vítimas (Kury, 1992).

e) Comparação dos grupos em função da vitimação vicariante

Curiosamente, contudo, a vitimação de terceiros próximos, apesar de não discriminar os sujeitos em termos do seu nível de medo ($U=22844,5$; $p=0,097$), nem da sua percepção das flutuações criminais no Porto ($X^2=0,443$; $gl=2$; $p=0,801$) ou no país ($X^2=0,841$; $gl=2$; $p=0,657$), aparece relacionada com o número de estratégias defensivas utilizadas. Os sujeitos que contactaram indirectamente com o crime utilizam um número significativamente maior de estratégias defensivas do que os que não têm essa experiência ($t=-2,537$; $gl=458$; $p<0,05$), parecendo, assim, que a vitimação vicariante aumenta a consciência do risco (Taylor & Schumaker, 1990), ainda que esta possa não se repercutir directamente na vivência emocional do medo.

f) Comparação dos grupos em função da exposição aos *media*

Apesar de termos questionado os sujeitos sobre as suas preferências, quer televisivas, quer jornalísticas, o número reduzido de respostas nesta última categoria - confirmando os reduzidos hábitos de leitura de jornais no nosso país - tornou impossível utilizá-la. Assim, apenas contrastámos o grupo de sujeitos que diz ver programas televisivos de conteúdo especificamente centrado em temáticas criminais com aqueles que dizem não estar expostos a esse tipo de programação.

Esta variável não estabelece diferenças entre os sujeitos quanto ao seu nível de medo ($U=18662,5$; $p=0,411$), o mesmo acontecendo quanto à percepção das flutuações do crime no

Porto ($X^2=2,498$; $gl=2$; $p=0,287$) ou no país ($X^2=0,568$; $gl=2$; $p= 0,753$). Os sujeitos que referem visionar programas temáticos sobre o crime usam, contudo, um número significativamente maior de estratégias defensivas ($t=-1,983$; $gl=434$; $p<0,05$).

Tais resultados são, à partida, demasiado limitados e parcelares para deles podermos extrair uma interpretação conclusiva sobre a estimulação da consciência do risco por parte dos *media*. Para além disso, as relações entre medo do crime e preferências televisivas podem sempre ser interpretadas bidireccionalmente: podemos pensar que os sujeitos mais expostos a programação sobre o crime se tornam, por tal motivo, mais receosos, ou que os sujeitos mais receosos procuram, através da televisão, informações e significados em que possam enquadrar os seus medos.

3. 3. *Análise multivariada*

Do conjunto das variáveis que a nossa entrevista semi-estruturada nos oferecia, seleccionámos as mais directamente relacionadas com o medo do crime (nível de medo; flutuações do crime na cidade e no país; nível de medo e de tendência para o crime de cada uma das dez figuras consideradas; selecção, como crime mais ou menos temido, de cada um dos oito que foram propostos; e o crime em torno do qual se organizavam as narrativas criminais espontâneas), bem como um conjunto de variáveis pessoais mais relevantes (sexo, idade, nível socio-económico e vitimação). Estas trinta e seis variáveis foram submetidas a uma análise factorial de correspondências múltiplas no programa Ancorr (de Ialgonitzer & Tabet, adaptado do LISH MSH de Ph. Cibois), com o objectivo de analisar o seu modo de agregação, assim extraíndo diferentes perfis de medo ou de posicionamento face ao crime.

Para a análise que a seguir apresentaremos, considerámos os primeiros cinco factores informativos emergentes, que, no seu conjunto, explicam 50% da inércia total da matriz.

Quadro I - Descrição dos factores extraídos pela análise factorial de correspondências
(I = valor próprio; T% = taxa de inércia)

FACTOR	I	II	III	IV	V
I	0.02241	0.00540	0.00401	0.00354	0.00296
T%	29.151	7.019	5.219	4.604	3.849
T% acumulada	29.151	36.171	41.389	45.993	49.846

O primeiro factor opõe, globalmente, os grupos de alto e baixo medo, enquanto os factores subsequentes estabelecem diferenciações entre subgrupos que se distinguem em função das suas características socio-demográficas, bem como das suas narrativas, atribuições e justificações para o crime. Analisemos pois, de forma mais pormenorizada, cada um deles.

a) Primeiro factor

A soma das contribuições (CTR) das características consideradas neste primeiro factor equivale a 87,6% do total, ou seja, levámos em consideração, na análise deste factor, um conjunto de características que contribuem para 88% da variância total que é por ele explicada.

Como se pode verificar pela leitura do quadro VI, o primeiro factor vem revelar a oposição entre grupos com diferentes níveis de medo do crime, traduzidos na avaliação que fazem das diferentes figuras que lhes foram propostas.

Quadro II - Associações com mais fortes contribuições para a inércia do primeiro factor (F1=coordenada factorial; CO2=qualidade da representação do ponto sobre o factor; CTR=contribuição da variável, em percentagem, para a inércia do factor)

Vector positivo	F1	CO2	CTR
Reduzido medo dos grupos organizados	4.92	.696	6.0
Reduzido medo do louco	2.82	.800	4.9
Reduzido medo do “tarado sexual”	3.26	.646	4.8
Reduzida tendência do louco para o crime	2.72	.716	4.2
Reduzido medo do toxicodependente	2.28	.717	3.7
Reduzida tendência do “tarado sexual” para o crime	3.75	.532	3.6
Reduzida tendência do toxicodependente para o crime	2.96	.563	3.5
Reduzida tendência dos grupos organizados para o crime	4.70	.414	2.9
Reduzido medo do cigano	1.96	.544	2.6
Reduzida tendência do arrumador para o crime	1.82	.602	2.6
Reduzida tendência do cigano para o crime	2.37	.430	2.5
Reduzido medo do arrumador	1.46	.662	2.1
Reduzido nível de medo geral	1.85	.371	1.8
Reduzida tendência dos grupos de jovens para o crime	1.29	.449	1.5
Reduzido medo do alcoólico	1.16	.632	1.4
Reduzida tendência do alcoólico para o crime	1.21	.532	1.4
Sexo masculino	1.40	.199	1.0

Vector negativo	F1	CO2	CTR
Elevado medo do arrumador	3.11	.649	4.3
Elevado medo do alcoólico	3.52	.613	4.2
Elevado medo do louco	2.18	.793	3.8
Elevado medo do toxicodependente	2.22	.706	3.5
Elevada tendência do arrumador para o crime	2.29	.599	3.2
Elevada tendência do louco para o crime	1.99	.737	3.2
Elevada tendência do alcoólico para o crime	2.63	.523	3.0
Elevado medo do “tarado sexual”	1.56	.648	2.3
Elevada tendência dos grupos de jovens para o crime	2.05	.428	2.2
Elevado medo dos ciganos	1.73	.527	2.1
Elevado medo dos grupos de jovens	1.96	.332	1.7
Elevada tendência dos toxicodependentes para o crime	1.19	.555	1.4
Elevado medo dos grupos organizados	1.02	.694	1.2
Elevada tendência dos ciganos para o crime	1.05	.408	1.0

Especificando, temos agrupadas, no lado positivo do vector, as características associadas a um grupo com reduzido medo do crime e da generalidade das figuras propostas (grupo organizado, louco, “tarado sexual”, toxicodependente, cigano, arrumador, alcoólico), que considera terem reduzida tendência para praticar crimes. Em termos socio-demográficos, este posicionamento surge mais fortemente associado aos sujeitos de sexo masculino. A esse grupo opõe-se, nas coordenadas negativas do vector, um outro, muito receoso, que representa como potenciais agentes criminais uma grande variedade de figuras (arrumador, louco, alcoólico, jovens, toxicodependentes, grupos organizados, ciganos), das quais tem elevado receio.

b) Segundo factor

A soma das contribuições das características consideradas neste segundo factor equivale a 78.7% do total, ou seja, levámos em consideração, na análise deste factor, um conjunto de características que contribuem para 79% da variância total que é explicada por ele.

Este segundo factor estabelece uma oposição entre sujeitos de um e de outro sexo, caracterizando, por assim dizer, os medos prototípicos das mulheres e dos homens.

Quadro III - Associações com mais fortes contribuições para a inércia do segundo factor

Vector positivo	F2	CO2	CTR
Sexo feminino	1.31	.527	6.4
Reduzida tendência dos ciganos para o crime	1.76	.236	5.6
Violação é dos crimes que mais temem	1.01	.384	3.6
Elevado medo do “tarado sexual”	0.92	.227	3.4
Reduzido medo dos ciganos	1.04	.153	3.0
Narrativa: crime sexual	1.90	.137	2.8
Assalto é o crime que menos temem	2.44	.135	2.6
Reduzida tendência do arrumador para o crime	0.89	.144	2.6
Reduzida tendência do toxicodependente para o crime	1.24	.098	2.6

Vector negativo	F2	CO2	CTR
Sexo masculino	2.25	.519	11.1
Reduzido medo do “tarado sexual”	1.95	.231	7.2
Elevada tendência da prostituta para o crime	2.41	.198	4.3
Reduzida tendência do “tarado sexual” para o crime	1.95	.144	4.1
Elevada tendência do arrumador para o crime	1.14	.147	3.3
Elevado medo do cigano	0.96	.163	2.8
Elevada tendência do cigano para o crime	0.81	.244	2.6
Elevado medo do arrumador	1.11	.083	2.3
Assalto é dos crimes que mais temem	1.00	.164	2.1
Violação é o crime que menos temem	2.64	.091	1.9
Agressão é o crime que menos temem	1.93	.075	1.6
Reduzido nível de medo geral	0.82	.073	1.4
Nível socio-económico alto	1.75	.067	1.4

Assim, nas coordenadas positivas do vector encontramos um grupo constituído por mulheres, cujos medos surgem muito centrados na violação e nos seus agentes percebidos ("tarados sexuais"). Este é, aliás, o único medo revelado por este grupo, que chega mesmo a rejeitar algumas das imagens criminais mais comuns: a do toxicodependente, a do arrumador e a do cigano como agentes do crime.

Por oposição a este grupo, no lado negativo do vector, situa-se um conjunto de homens que se sentem relativamente invulneráveis face à violação (não temem, nem consideram perigoso, o “tarado sexual”; a violação é o crime que menos receiam) e centram, antes, o seu medo nos assaltos e em figuras criminais mais estereotípicas (e.g., arrumador de automóveis, cigano).

Encontramos, assim, neste factor, uma clara distinção entre os conteúdos dos medos femininos e masculinos, de acordo com o que a literatura nos faria esperar. Na verdade, apesar de bem mais atenção ter sido dedicada à relevância do medo da violação nas mulheres (cf. caps. III e V), já Young (1992) nos dizia que "o tipo modal de crime para o homem da classe média (...) é o assalto" (p.62).

c) Terceiro factor

Quanto ao terceiro factor, a soma das contribuições (CTR) das características consideradas equivale a 86.2% do total, ou seja, levámos em conta, na sua análise, um conjunto de características que contribuem para 86% da variância total por ele explicada.

Este factor opõe dois grupos demográficos distintos, em termos de idade e nível socio-económico, que se diferenciam também pelo conteúdo dos seus medos.

Quadro IV- Associações com mais fortes contribuições para a inércia do terceiro factor

Vector positivo	F3	CO2	CTR
Abordagem de desconhecidos está entre o que mais temem	3.32	.347	8.8
Elevado medo dos grupos de jovens	1.77	.272	7.9
"Droga" é dos crimes que menos temem	2.43	.220	5.6
Elevada tendência dos grupos de jovens para o crime	1.30	.172	5.0
Homicídio é o crime que menos temem	8.86	.152	4.2
Assalto é dos crimes que mais temem	1.14	.214	3.7
Mais de 60 anos	1.72	.127	3.5
Nível socio-económico médio-baixo	1.55	.151	3.5
Violação é o crime que menos temem	2.79	.101	2.8
Crime no país manteve-se igual	1.66	.099	2.8
Reduzida tendência do toxicodependente para o crime	1.03	.069	2.4
Crime no Porto manteve-se igual	0.92	.081	1.9
Nível socio-económico baixo	0.87	.095	1.9
Elevado medo das prostitutas	1.71	.054	1.7
Burla é dos crimes que mais temem	1.53	.057	1.6
Elevada tendência da polícia para o crime	0.97	.045	1.2
Nunca foram vítimas de crimes	0.42	.123	1.0

Vector negativo	F3	CO2	CTR
Reduzido medo dos grupos de jovens	0.87	.276	4.0
25-40 anos	1.26	.178	3.7
Reduzida tendência dos grupos de jovens para o crime	0.80	.171	3.1
Nível socio-económico alto	2.23	.110	3.0
Abordagem de desconhecidos é o que menos teme	1.11	.142	2.7
Nível socio-económico médio-alto	1.19	.081	1.9
Já foram vítimas de crimes	0.98	.081	1.8
Foram diversas vezes vitimados	2.49	.60	1.7
Percepção de que o crime no Porto subiu	0.55	.118	1.5
Violação é o crime que menos temem	0.51	.097	1.2
Elevada tendência do toxicodependente para o crime	0.44	.076	1.1
Narrativa: crime sexual	0.99	.037	1.0

Assim, do lado positivo do vector temos um grupo de sujeitos mais idosos e algo carenciados, cujos principais receios se centram nos grupos de jovens e nos desconhecidos que os podem abordar ou assaltar. Na posição oposta encontra-se um grupo de sujeitos de idade adulta, com consideráveis recursos económicos, cuja principal característica é a rejeição dos estereótipos criminais alimentados pelo grupo anterior.

O medo parece ser, pois, neste caso, uma função da distância social (neste caso etária) aos objectos temidos, ao passo que a proximidade produz uma dissolução dos estereótipos que o alimentam (e.g., Day, 1994; Gilchrist *et al.*, 1998; Loader, Girling & Sparks, 1998).

d) Quarto factor

A soma das contribuições das características consideradas no quarto factor equivale a 82.6% do total, o que quer dizer que foram consideradas, na sua análise, um conjunto de características que contribuem para 83% da variância total que este explica.

Este factor é, em larga medida, o inverso do que acabámos de descrever. Assim, como podemos ver no quadro, descreve-nos também a oposição entre sujeitos mais idosos e mais carenciados e jovens (mais jovens ainda do que os do factor anterior) economicamente favorecidos, mas, neste caso, cujos medos se centram em figuras com características mais próximas do próprio. Estes jovens (situados no pólo negativo do vector) temem essencialmente os seus iguais, sendo que, à excepção destes, não identificam outros grupos de risco. Para além desta, duas outras características deste grupo - o seu nível reduzido de medo geral e a sua pertença ao sexo masculino - fazem-nos evocar as teorias do estilo de vida (Hindelang, Gottfredson & Garofalo, 1978 cit. Feldman, 1993), segundo as quais indivíduos com estas

características demográficas estão mais expostos ao risco devido à sua conduta social (e.g., frequência de locais nocturnos), risco esse que advém precisamente dos seus pares.

Quadro V - Associações com mais fortes contribuições para a inércia do quarto factor

Vector positivo	F4	CO2	CTR
Reduzida tendência dos grupos organizados para o crime	2.96	.165	7.4
Elevado medo do alcoólico	1.46	.106	4.6
Elevada tendência do alcoólico para o crime	1.13	.097	3.5
Nível socio-económico baixo	1.10	.152	3.4
Reduzida tendência dos grupos de jovens para o crime	0.78	.161	3.3
Mais de 60 anos	1.56	.105	3.3
Elevado nível de medo geral	0.70	.173	2.8
Burla é dos crimes que mais temem	1.86	.083	2.6
Intrusos em casa é o acto que menos temem	2.10	.087	2.5
"Droga" é dos crimes que mais temem	0.89	.111	2.1
Reduzido medo dos grupos organizados	1.16	.039	2.1
Sexo feminino	0.57	.100	1.8
Reduzido medo dos grupos de jovens	0.52	.099	1.6
Percepção de que o crime no Porto aumentou	0.52	.105	1.5
41-60 anos	0.73	.061	1.4
Elevado medo das prostitutas	1.25	.029	1.0

Vector negativo	F4	CO2	CTR
Elevada tendência dos grupos de jovens para o crime	1.28	.166	5.4
Reduzido nível de medo geral	1.23	.164	4.9
Elevado medo dos grupos de jovens	1.14	.112	3.7
16-25 anos	1.21	.142	3.5
Sexo masculino	0.98	.097	3.2
Nível socio-económico médio-alto	1.31	.98	2.6
"Droga" é o crime que menos temem	1.43	.077	2.2
Percepção de que o crime no Porto se mantém igual	0.85	.069	1.8
Narrativa: crime sexual	1.18	.053	1.7
Percepção de que o crime no país se mantém igual	1.18	.50	1.6
Reduzida tendência do alcoólico para o crime	0.51	.094	1.6
Nível socio-económico médio	1.03	.060	1.6
Nível socio-económico alto	1.50	.050	1.5
Reduzido medo do alcoólico	0.45	.094	1.4
Elevado medo da polícia	1.31	.031	1.0

Por oposição a este grupo, o que se situa nas coordenadas positivas do vector, constituído, como dissemos, por sujeitos mais idosos e carenciados, tendencialmente de sexo feminino, teme essencialmente a figura do alcoólico, a burla e a droga.

e) Quinto factor

No que se refere ao quinto factor, a soma das contribuições das características consideradas equivale a 88.9% do total, ou seja, na sua análise, levámos em consideração um conjunto de características que contribuem para 89% da variância total por ele explicada.

Este factor parece, finalmente, opor dois grupos com diferentes representações da evolução da criminalidade, bem como do papel das forças policiais.

Quadro VI - Associações com mais fortes contribuições para a inércia do quinto factor

Vector positivo	F5	CO2	CTR
Percepção de que o crime no país se manteve igual	3.21	.372	14.4
Percepção de que o crime no Porto se manteve igual	1.70	.273	8.7
Percepção de que o crime no país decresceu	4.76	.108	5.0
Narrativa: crime contra a propriedade	1.17	.092	2.8
Nível socio-económico alto	1.40	.043	1.6
Percepção de que o crime no Porto decresceu	1.47	.033	1.5
Reduzida tendência da polícia para o crime	0.39	.176	1.3
Burla é o crime que menos temem	0.55	.057	1.2
Reduzido medo da polícia	0.35	.418	1.2
Reduzido medo do alcoólico	0.59	.026	1.1

Vector negativo	F5	CO2	CTR
Elevado medo da polícia	4.71	.404	15.6
Elevada tendência dos polícias para o crime	1.87	.168	6.2
Percepção de que o crime no Porto aumentou	0.89	.313	5.3
Abordagem está entre os actos que mais temem	1.91	.114	4.0
Percepção de que o crime no país aumentou	0.60	.429	3.2
Narrativa: crime violento	1.15	.113	3.2
16-25 anos	0.85	.070	2.1
Assalto é o crime que menos temem	1.54	.054	1.9
Burla é dos crimes que mais temem	1.35	.044	1.7
Elevado medo dos grupos de jovens	0.64	.036	1.4
Agressão é o crime que menos temem	1.26	.032	1.2
Elevada tendência do alcoólico para o crime	0.59	.026	1.1
Nível socio-económico médio-alto	0.79	.036	1.1
Intrusos em casa é o crime que menos temem	1.24	.030	1.1
"Droga" é o crime que menos temem	0.89	.030	1.0

Assim, do lado positivo encontramos um grupo cuja visão, quer de um, quer de outro fenómeno, é essencialmente positiva: o crime tem-se mantido igual ou estará mesmo a decrescer; a polícia é basicamente de confiança. Por oposição a este, nas coordenadas negativas deste factor, encontra-se um grupo bastante mais catastrófico na sua avaliação da polícia, a qual teme e considera com elevada tendência para praticar crimes. Eventualmente relacionada com

esta desconfiança das forças da ordem está a representação muito negativa deste grupo sobre a evolução da criminalidade e a centração dos seus receios na violência criminal (Meyers, 1996; Esteves, 1999).

Em síntese, poderíamos dizer que a análise factorial de correspondências começa (1º factor) por discriminar grupos extremos, que se distinguem pelo seu nível de medo; prossegue (2º factor) contrastando os grupos em função do sexo e dos medos prototípicos de homens e mulheres; e, finalmente, identifica (3º a 5º factores) um conjunto de grupos situados em posições mais intermédias, que se distinguem, quer pelas suas características demográficas (essencialmente idade e nível socio-económico), quer pelo tipo de crimes e agentes criminais que receiam. A contrastação entre as configurações de medo definidas pelo primeiro e pelo segundo factores pode ser mais facilmente visualizada através da representação gráfica das características que lhes estão associadas (cf. figura 2).

Figura 2 - 1º e 2º factores da AFC

4. Discussão dos resultados

Este estudo permitiu-nos concluir, em primeiro lugar, que o sentimento de medo é algo de disseminado e, por vezes, intenso na vivência dos cidadãos portuenses. Este sentimento de medo é acompanhado por uma percepção genérica do aumento da criminalidade, tanto no Porto, como no país. Tais preocupações encontram-se centradas no crime violento e, particularmente, nas suas formas mais gravosas, nomeadamente, o homicídio e a violação. A criminalidade aparece fortemente associada ao tema da droga, enquanto causa do crime e à figura do toxicodependente, enquanto seu agente. Há uma forte espacialização do medo, localizado sempre em espaços de rua, quer do centro da cidade (zona da baixa portuense e bairro da Sé), quer dos ditos "bairros sociais" (e.g., Lagarteiro, Aldoar).

Em termos das variáveis pessoais associadas ao medo, os resultados encontrados vão de encontro aos revelados pela maioria das investigações: o maior medo feminino, particularmente centrado nos crimes sexuais; o maior medo dos sujeitos mais desfavorecidos; e o impacto da vitimação vicariante na utilização de estratégias defensivas contra o crime. Outras variáveis estudadas não se revelaram significativas, à semelhança também das investigações internacionais mais recentes: idade, vitimação e suporte social não parecem, pelo menos de forma isolada, ter um impacto determinante no medo.

A relação entre medo e exposição aos *mass media* revelou-se particularmente sugestiva e merecedora de maior aprofundamento, particularmente, no que diz respeito à discrepância que encontramos entre as figuras do medo espontaneamente evocadas (toxicodependente) e a reactividade do público a outras, quando lhe eram apresentadas (grupo organizado, arrumadores).

Finalmente, a exploração dos resultados, através da análise factorial de correspondências múltiplas, permitiu-nos delimitar genericamente várias configurações de medo, isto é, diferentes grupos socio-demográficos, que se distinguem, não só em função dos seus distintos níveis e tipos de medo, mas também em função de apresentarem perfis de medo específicos (contextos, figuras, narrativas e estratégias defensivas).

II. SEGUNDO INQUÉRITO SOBRE INSEGURANÇA URBANA (1999)

1. Objectivos

De acordo com o plano de investigação delineado, que previa a análise da evolução temporal do medo do crime, foi realizada, em 1999, uma segunda aplicação do inquérito sobre insegurança urbana na cidade do Porto. Para além deste objectivo, pretendemos, neste segundo estudo, refinar e complexificar as medidas inicialmente utilizadas, constituindo a versão definitiva de um instrumento que nos permitisse de futuro, por um lado, proceder a comparações mais rigorosas com estudos internacionais e, por outro lado, continuar a fazer a sua replicação futura, com um intervalo estimado de dois anos entre cada aplicação.

Passamos, assim, a apresentar a nova versão do inquérito sobre insegurança, bem como os procedimentos de recolha dos dados, para, num segundo momento, procedermos à sua apresentação e discussão.

2. Metodologia

2. 1. *Instrumento*

No estudo conduzido em 1997 a nossa preocupação central havia sido a maximização da informação recolhida sobre a insegurança urbana, dada a quase inexistência, à data, de estudos sobre o tema em Portugal. Procurámos, assim, adoptar, sempre que possível, um formato aberto para as questões, formulando uma imagem relativamente pormenorizada do sentimento de insegurança vivenciado na cidade do Porto, bem como do conjunto de significados sobre o crime e a justiça que o envolviam. Em face dos resultados obtidos e da sua confrontação com as restantes investigações, foi-nos possível optar, nesta segunda fase, pela elaboração de uma nova e definitiva versão do questionário a aplicar, na qual restringimos o leque das nossas questões à insegurança propriamente dita, complexificando e refinando as medidas utilizadas no seu estudo.

Para além disso, tivemos em consideração, na elaboração deste segundo inquérito, as críticas metodológicas mais recentes aos estudos sobre o medo do crime (cf. LaGrange & Ferraro, 1989; Ferraro & LaGrange, 1992; Rountree & Land, 1996; Warr, 1995; Borroah & Carach, 1997; Farral, Bannister, Ditton & Gilchrist, 1997), nomeadamente:

(i) a usual indiferenciação ou sobreposição entre os construtos de *medo*, *percepção de risco* e *gravidade estimada* de cada crime;

(ii) o uso de questões que incidem apenas sobre o nível geral de medo, e tendem a suscitar respostas de valores mais elevados nos idosos e nas pessoas mais carenciadas, que se sentem, globalmente, mais vulneráveis. Estas poderão, contudo, ter menos medo de certas formas específicas de crime - por exemplo Warr (1995) refere o menor medo da violação nos idosos e Borroach e Carach (1997) encontram nestes um menor nível de medo em casa -, assim como poderão perceber que a sua probabilidade de ser vitimadas é menor (Ferraro & LaGrange, 1992). Os valores ou níveis de medo relativos encontrados poderão, portanto, ser alterados se as questões colocadas forem menos generalistas e mais contextualizadas;

(iii) o recurso a medidas baseadas em indicadores únicos de medo (usualmente de nível geral), que conduzem à sua hiper-estimação e não permitem perceber em que actos ou circunstâncias concretos se centram os receios das pessoas (Haghighi & Sorensen, 1996). Warr (1995), por exemplo, sugere que o maior medo das mulheres se explica pelo seu medo da violação e que, sem esta, o seu nível de medo seria igual ou até menor do que o dos homens - que, por sua vez, têm mais medo do assalto (ibidem);

(iv) o recurso habitual à questão sobre "andar só, à noite, na área de residência", que não só é muito geral e não se refere explicitamente ao crime (ter medo nessas circunstâncias pode dever-se a outras condições percebidas da zona, tais como o trânsito automóvel perigoso ou a falta de iluminação), como é uma actividade atípica para a maioria das pessoas, especialmente para as mulheres e os idosos, assim conduzindo à hiper-estimação do medo (Zedner, 1997; Borroah & Carach, 1997; Ferraro & LaGrange, 1992);

(v) a centração no crime de rua violento, que ignora o medo no espaço doméstico, bem como pode conduzir à hiper-estimação do papel do medo do crime na vida das pessoas (Zedner, 1997; Haghighi & Sorensen, 1996);

(vi) o recurso exclusivo a questões fechadas (Farral *et al.*, 1997);

(vii) a falta de contextualização do medo, tratando-o como um conceito unidimensional e estático (Pain, 1997).

Tendo em conta estas considerações, construímos um inquérito parcialmente adaptado das propostas de alguns dos autores atrás mencionados, em que procurámos:

(1) diferenciar os construtos *medo*, *percepção de risco* e *gravidade antecipada do crime*;

(2) diferenciar *níveis gerais* e *níveis concretos* do medo e da percepção de risco, discriminando, dentro do nível mais concreto, o medo e o risco percebido de *crimes violentos* e de *crimes contra a propriedade*;

(3) facilitar a comparação com o nosso inquérito anterior (incluindo a mesma medida geral de medo então utilizada), mas também com a maioria dos inquéritos internacionais, razão pela qual incluímos, apesar das críticas atrás mencionadas, a questão usual destes sobre o "andar só, à noite, na área de residência". Complexificamos, porém, esta medida, através de questões sobre o medo, na mesma situação, durante o dia e sobre o medo em casa, à noite e de dia;

(4) contextualizar o medo, através da identificação das horas, dias e locais em que este mais se agrava, bem como das figuras que o induzem (diferenciando o grau de medo e a percepção do risco associado a cada uma);

(5) manter o formato aberto nas questões relativas à elicitación das narrativas criminais mais salientes (sendo, assim, possível comparar este tipo de resposta com a que é dada a perguntas mais estruturadas ou fechadas).

O inquérito por nós formulado obedecia, pois, à seguinte estrutura:

A. Questões de ordem geral sobre

- a percepção do fenómeno na cidade do Porto (questão aberta);
- as suas flutuações no Porto e no País (as opções de resposta eram "o crime aumentou", "diminuiu", "manteve-se constante"); e
- a contextualização do sentimento de insegurança (dia, hora e locais mais associados ao medo/insegurança).

B. Nível de medo

B. 1. Nível geral de medo

- inclui a replicação da medida usada no anterior inquérito ("classificar a intensidade do seu medo do crime", numa escala de seis pontos); e acrescenta
- a medida mais habitualmente usada nas investigações sobre o tema ("andar só, à noite, na área de residência"), mas também três outras, que se referem a "andar só, de dia, na zona de residência" e a "estar só, em casa" (de noite/de dia). As opções de resposta para estas questões são "muito seguro", "razoavelmente seguro", "um pouco inseguro" e "muito inseguro".

B. 2. Nível específico

- questões sobre o medo de seis crimes específicos, três "contra as pessoas/violentos" (homicídio, violação e agressão) e três "contra a propriedade" (furto, assalto a casa e furto na viatura), que nos permitem obter, para além dos níveis de medo de cada acto criminal referido,
- indicadores do medo dos dois tipos de crime mencionados (violento/contra a propriedade), bem como uma medida global do medo (média geral das seis questões).

C. Percepções de risco

- replica o formato do item anterior, aplicado agora à questão do risco, através de uma questão relativa à percepção de risco geral ("probabilidade de ser vítima de um crime no próximo ano", medida numa escala de seis pontos) e de seis questões relativas ao risco dos crimes concretos atrás mencionados;
- estas questões permitem também discriminar risco de "crimes contra a pessoa" e de "crimes contra a propriedade", bem como obter um indicador geral (média dos seis itens) do risco percebido.

D. Gravidade percebida

- estimação da gravidade de cada um dos seis crimes anteriormente referidos (escala análoga, de seis pontos);
- permitindo também obter medidas da gravidade estimada do crime contra a propriedade e do crime violento, bem como um indicador global da gravidade atribuída ao crime.

E. Comportamentos de auto-protecção

- estes são avaliados através da replicação da medida utilizada no anterior inquérito, referente à adopção (ou não) de nove comportamentos defensivos específicos;
- para além desta informação, é possível obter um indicador total do número de comportamentos de auto-protecção adoptados.

F. Narrativas do crime

- estas narrativas são elicitadas, de forma análoga à do anterior inquérito, através de uma sequência articulada de questões abertas, desenvolvida pelo entrevistador de acordo com

uma metodologia de elicitación de narrativas para a qual recebeu formação específica. Aquelas, procuram detalhar os diferentes componentes da narrativa do crime evocada (e.g., acto, actores, contexto, motivação, desfecho).

G. Figuras do crime

- são também avaliados, através da replicação das medidas anteriormente usadas, o grau de medo e a tendência para o crime atribuídos a um conjunto de dez figuras conotadas com a prática de crimes (numa escala de seis pontos);
- este procedimento permite-nos, ainda, obter, para além dos níveis de medo e de perigosidade criminal atribuídos às várias figuras insegurizantes consideradas, indicadores médios do medo e perigosidade associados à representação dos agentes do crime.

2.2. Procedimentos e amostra

O período de recolha dos dados decorreu entre Junho e Outubro de 1999, tendo as entrevistas sido realizadas porta a porta, por uma equipa de entrevistadores (alunos e recém-licenciados da F.P.C.E.U.P.) que receberam formação específica nesta metodologia, coordenados pela mesma técnica especializada que colaborou com as autoras na realização do estudo anterior.

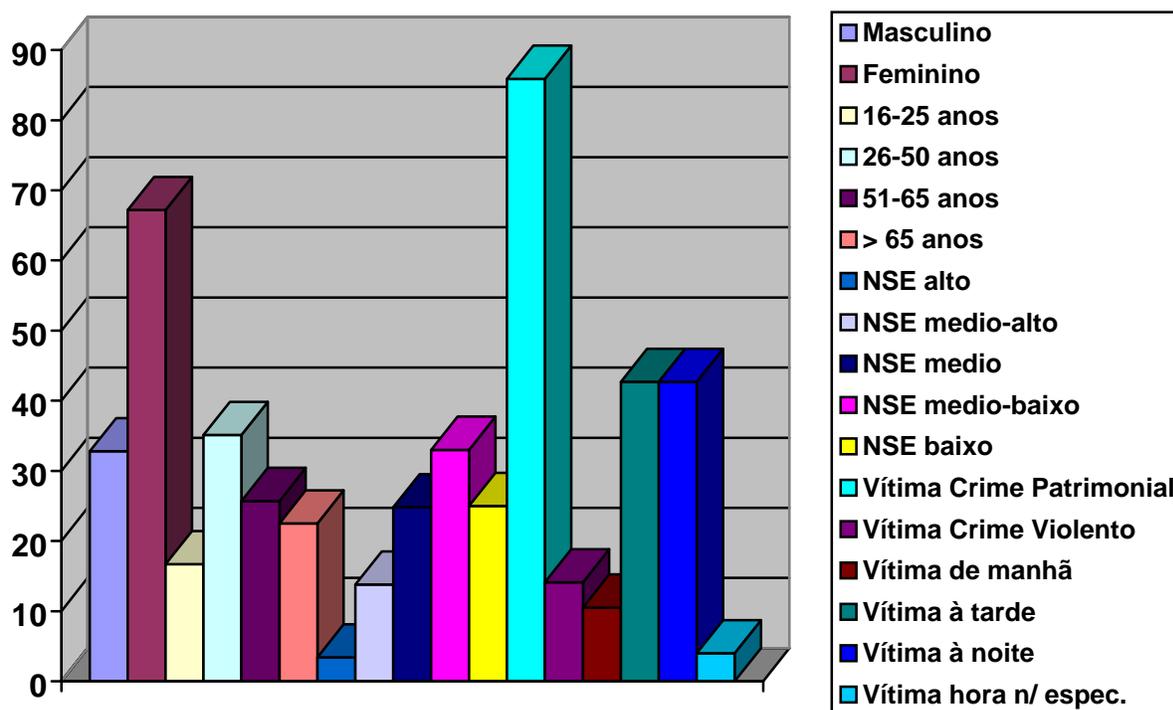
A amostra que participou neste estudo foi constituída por 500 sujeitos moradores na cidade do Porto. Na recolha desta amostra utilizámos, tal como no estudo de 1997, um procedimento multi-etápico. Assim, definimos como unidade amostral primária o quarteirão e obtivemos uma primeira amostra aleatória de 45 unidades, de entre as quais 12 se revelaram unidades "não funcionais", pelo que a nossa amostra final integra 33 quarteirões da cidade, nos quais contactámos todas as residências.

A manutenção da nossa opção por este método de amostragem decorreu dos critérios anteriormente explicitados, bem com do facto de este ter sido o procedimento amostral utilizado no anterior inquérito, bem como noutros que englobam o mesmo plano de estudos (cf. Negreiros, 1997, 1999; Agra, Marques-Teixeira, Fonseca & Quintas, 1999)..

Em termos descritivos, a amostra final era composta por 164 indivíduos do sexo masculino (32,8%) e 336 do sexo feminino (67,2%), com idades compreendidas entre os 16 e os 91 anos. Relativamente à sua distribuição pelos diferentes estratos socio-económicos, verifica-se que 3,4% dos inquiridos pertencem à classe alta, 13,8% à classe média-alta, 24,8% à classe média,

33% à classe média-baixa e 25% à classe baixa⁷. Quanto à escolaridade dos sujeitos, 49,5% têm apenas o ensino básico incompleto ou nulo, 7,3% completaram o ensino básico, 11,2% concluíram a escolaridade obrigatória, 14,5% têm o 12º ano de escolaridade e 17,5% têm formação ao nível do ensino superior. Encontra-se uma grande diversidade de profissões e situações profissionais nos entrevistados. De considerar ainda que, no total da amostra, foram vítimas de crime 38,2% dos indivíduos, sendo que 28% o foram nos últimos cinco anos. Dos sujeitos vitimados, 85,9% foram vítimas de crimes de tipo aquisitivo/contra a propriedade e 14,1% vítimas de crime violento/contra a pessoa, sendo que 10,5% o foram durante a manhã, 42,7% à tarde, 42,7% durante a noite/madrugada e 4,0% num período do dia não especificado. Uma imagem global das características fundamentais da amostra é-nos transmitida pela Figura 3.

Figura 3 - Caracterização da amostra (sexo, idade, nível socio-económico, vitimação)



⁷ Para a classificação dos níveis socio-económicos recorreu-se à tabela GRAFFAR, respectivamente níveis 1 a 5.

3. Resultados

3.2. Análise univariada

a) Nível de medo geral

Como se poderá constatar através da Figura 4, 64,8% dos sujeitos entrevistados estimam como elevada a intensidade do seu medo do crime (situado entre 4 a 6 pontos numa escala de Likert de 1 a 6), sendo de destacar que 20,4% se situam no nível mais alto de medo da escala ("muito medo") e apenas 5,8% se colocam na posição oposta. Este quadro de elevado sentimento de insegurança confirma-se através do indicador de medo obtido a partir da média dos diferentes crimes: neste, 78,7% dos inquiridos situam-se em níveis de medo elevados, e apenas 21,3% se enquadram em níveis de medo menos intensos. À semelhança do que acontecia há dois anos, um intenso sentimento de insegurança parece, assim, continuar a dominar o quotidiano dos cidadãos portuenses.

Estes resultados, em termos de proporção relativa de sujeitos seguros e inseguros, modificam-se, contudo, se recorrermos a medidas de medo alternativas. Assim, se analisarmos o nível de medo médio das diferentes figuras insegurizantes, verificamos que 48,6% dos sujeitos se encontram em níveis elevados, por oposição a 51,4% que não referem um medo particularmente intenso destes agentes.

O nível de insegurança relatada decresce ainda mais no indicador referente a andar só à noite na zona de residência: apenas 19,7% dos sujeitos dizem sentir-se "muito inseguros" (nível 4), enquanto 26,8% se sentem "muito seguros" (nível 1), 31,2% afirmam sentir-se *razoavelmente seguros* e 22,3% *um pouco inseguros* (cf. Figura 5). Desta forma, no conjunto de respostas, 58% dos inquiridos consideram-se mais seguros do que inseguros neste indicador.

No que se refere ao mesmo comportamento, mas durante o dia, apenas 3,6% se consideram "muito inseguros" (a estes contrapõem-se 50,9% "muito seguros"). Em casa, de noite, apenas 5,6% dos sujeitos afirmam sentir-se "muito inseguros" (57,2% dizem-se "muito seguros"). Quanto ao estar em casa sozinho, de dia, a percentagem de indivíduos que sentem um nível substancial de insegurança é ainda inferior (1,6%), por contraste com 71,1% "muito seguros".

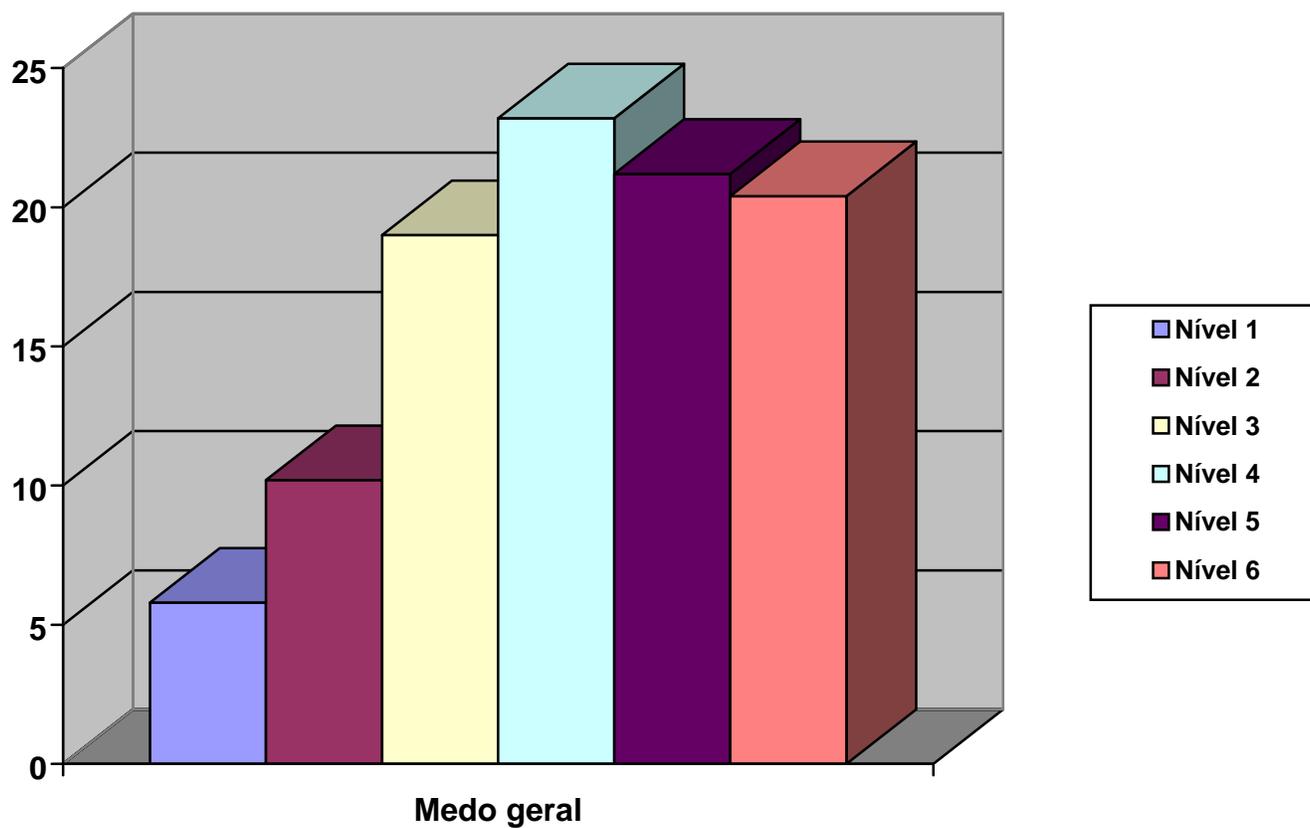


Figura 4 – Níveis de medo inespecífico

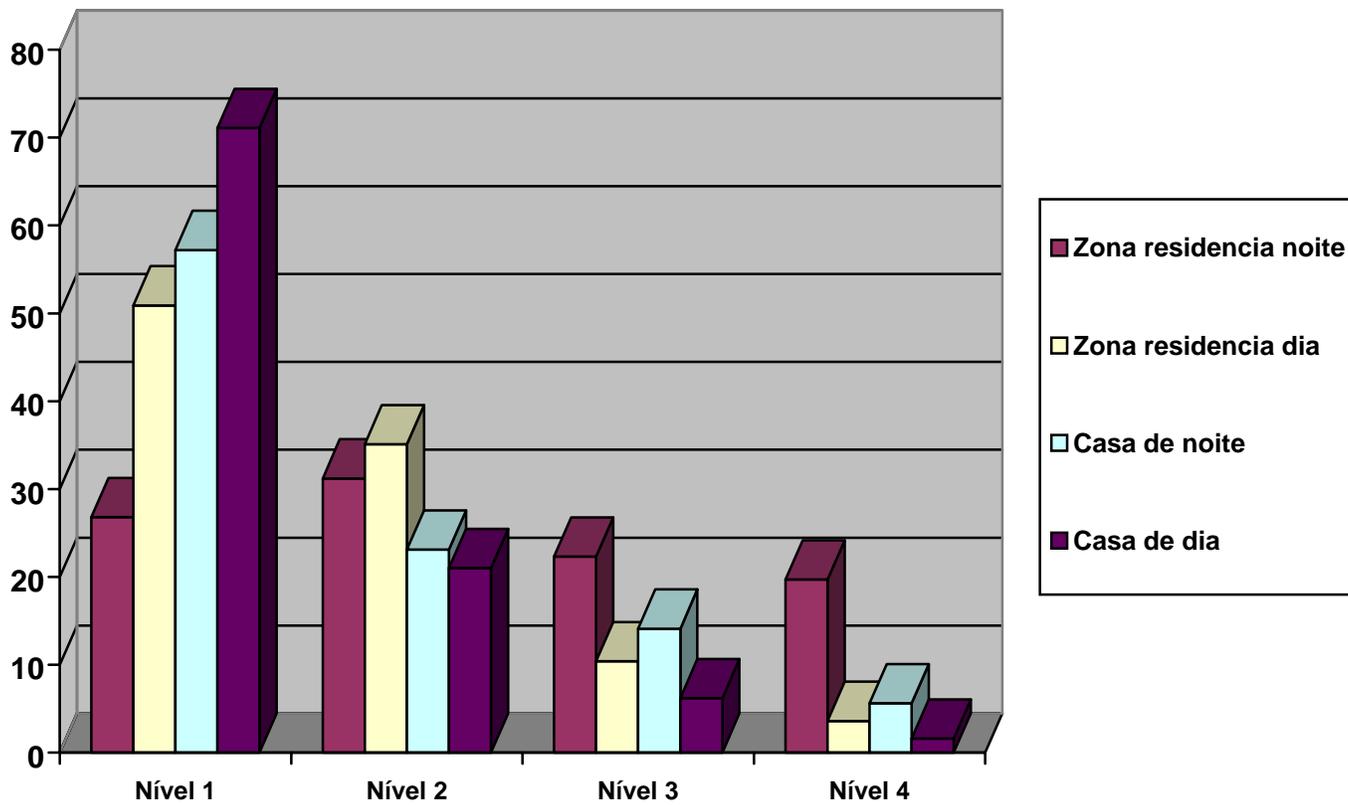


Figura 5 – Níveis de medo em função do contexto

b) Níveis de medo específicos

Analisando os níveis de medo relatados em função do tipo de crime, verificamos que, quanto ao crime contra a propriedade, 69,8% dos inquiridos se situam em níveis elevados de medo. Concretamente, 60,4% relatam elevado medo do furto, 62% temem intensamente o assalto a casa e 56,8% receiam significativamente os furtos na viatura. O homicídio é bastante temido por 62,2%, a agressão por 64,1% e a violação por 58,9%. Será de destacar contudo que, no que diz respeito especificamente ao medo do homicídio e ao medo da violação temos, respectivamente, 48% e 39% dos inquiridos a situarem-se no nível de medo mais elevado da escala, enquanto nos restantes crimes as percentagens mencionadas se distribuem de modo mais uniforme pelos três níveis superiores da escala (cf. Figura 6).

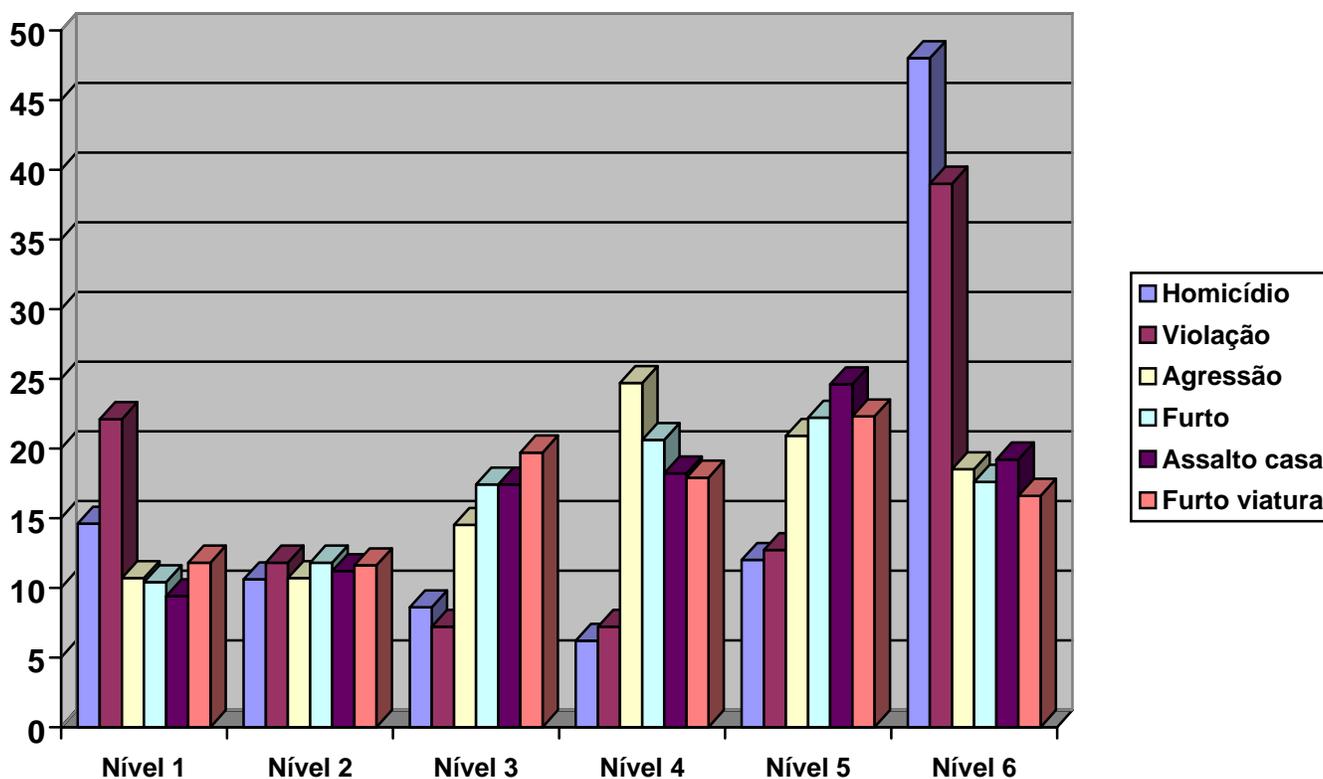


Figura 6 – Níveis de medo em função do tipo de crime

Tal como já tinha sido referido anteriormente, o nível de medo médio para as diferentes figuras consideradas é elevado para 48,6% dos inquiridos. De entre o conjunto de figuras apresentadas aos sujeitos (cf. Figura 7), a mais temida parece ser a do grupo organizado (83,7% nos níveis de medo superiores da escala), considerada também como possuindo elevada tendência para cometer crimes (90,8%) (cf. Figura 8). O criminoso sexual é também muito temido (70,5%) e considerado propenso ao delito (81%). Saliente-se, a propósito destas figuras, o seu afastamento da realidade quotidiana portuguesa e, como tal, da experiência directa da maioria dos cidadãos. Desta forma, e à semelhança do que verificamos em 1997, o imaginário do medo parece estar, em grande parte, preenchido por agentes dos quais não há experiência directa, tal como acontece com os "cenários imaginados do perigo".

As figuras do toxicodependente e do cigano são igualmente receadas (respectivamente por 53,4% e 43,2% dos sujeitos) e conotadas com a prática de crimes (70,3%; 54,9%). Saliente-se, contudo, o marcado desnível que se verifica no caso do grau de medo suscitado pelo toxicodependente, bastante menor do que a avaliação da sua propensão para o crime (cf. Figuras 7 e 8). Este dado sugere a necessidade de aprofundamento dos significados associados a esta figura, podendo estar relacionado com a percepção de controlabilidade associada a estes agentes, com a sua associação predominante ao crime patrimonial (menos temido do que o crime violento) ou ainda dever-se à desconfirmação do estereótipo "droga=crime" pelo conhecimento directo de figuras envolvidas no consumo de drogas (algo frequente no contexto dos bairros sociais englobados na nossa amostra).

Subsiste, curiosamente, o medo do louco (52,3%) e a associação da doença mental com a violência (51,9%), tal como já ocorria no estudo de 1997. Ao contrário do que um certo discurso social e mediático poderia fazer pressupor, o arrumador de automóveis continua também a não surgir com uma posição destacada neste inquérito, sendo bastante temido apenas por 25,3% dos sujeitos, embora 32,5% o considerem propenso ao crime. Verifica-se aqui o mesmo fenómeno referido para o toxicodependente, o que nos leva a colocar hipóteses análogas para a sua explicação, tanto mais que as duas figuras frequentemente se confundem.

Outras figuras surgem, com menor relevo, como, por exemplo, o alcoólico (bastante temido apenas por 21,6% e julgado com apetência pelo crime por 26,6%) ou o grupo de jovens (34,3% e 32%, respectivamente). A prostituta é uma figura que praticamente não induz medo (6,4%) e que é pouco julgada como agente de crimes (8,3%). O polícia é, de todas, a figura

menos temida (2,8%), embora seja de salientar algum desnível entre este valor e o dos que o consideram como tendo elevada propensão para a prática do crime (4,5%).

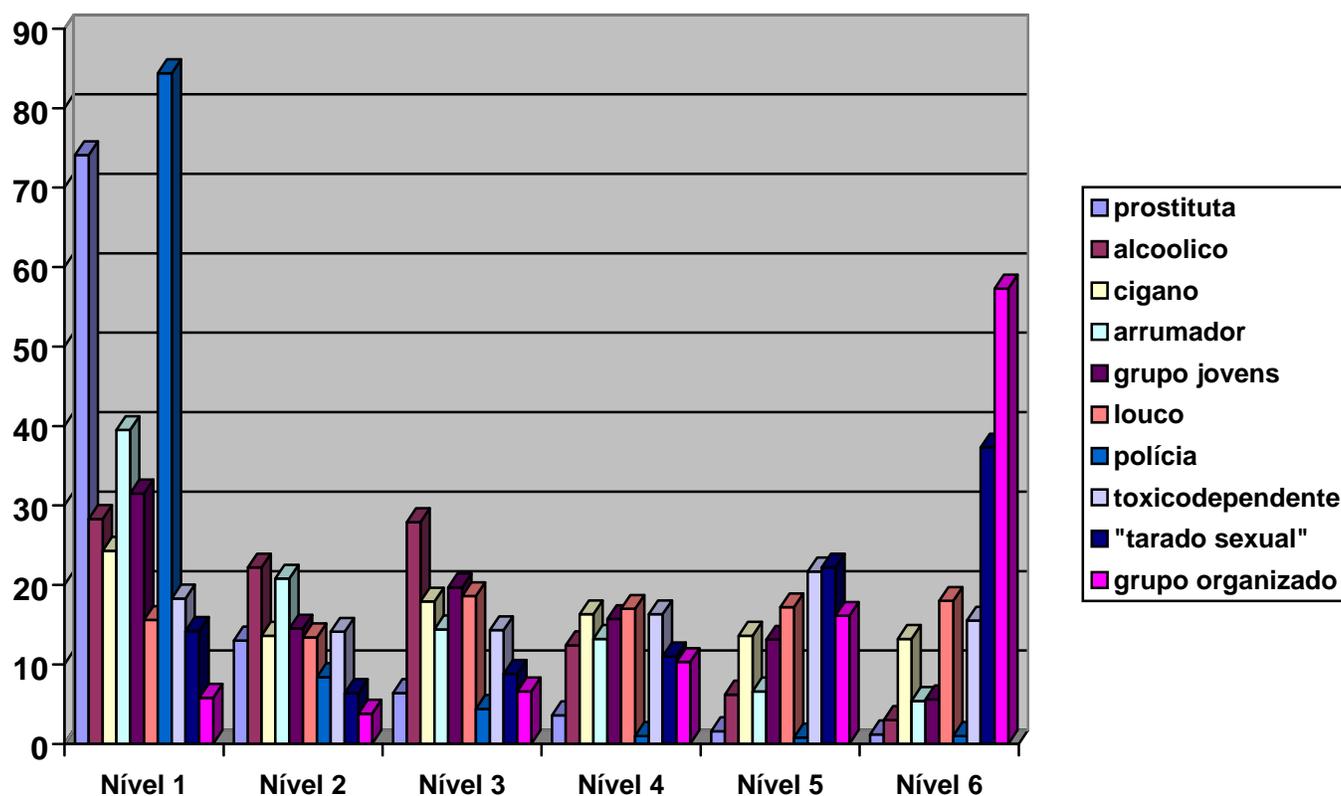


Figura 7 – Níveis de medo em função do tipo de figura

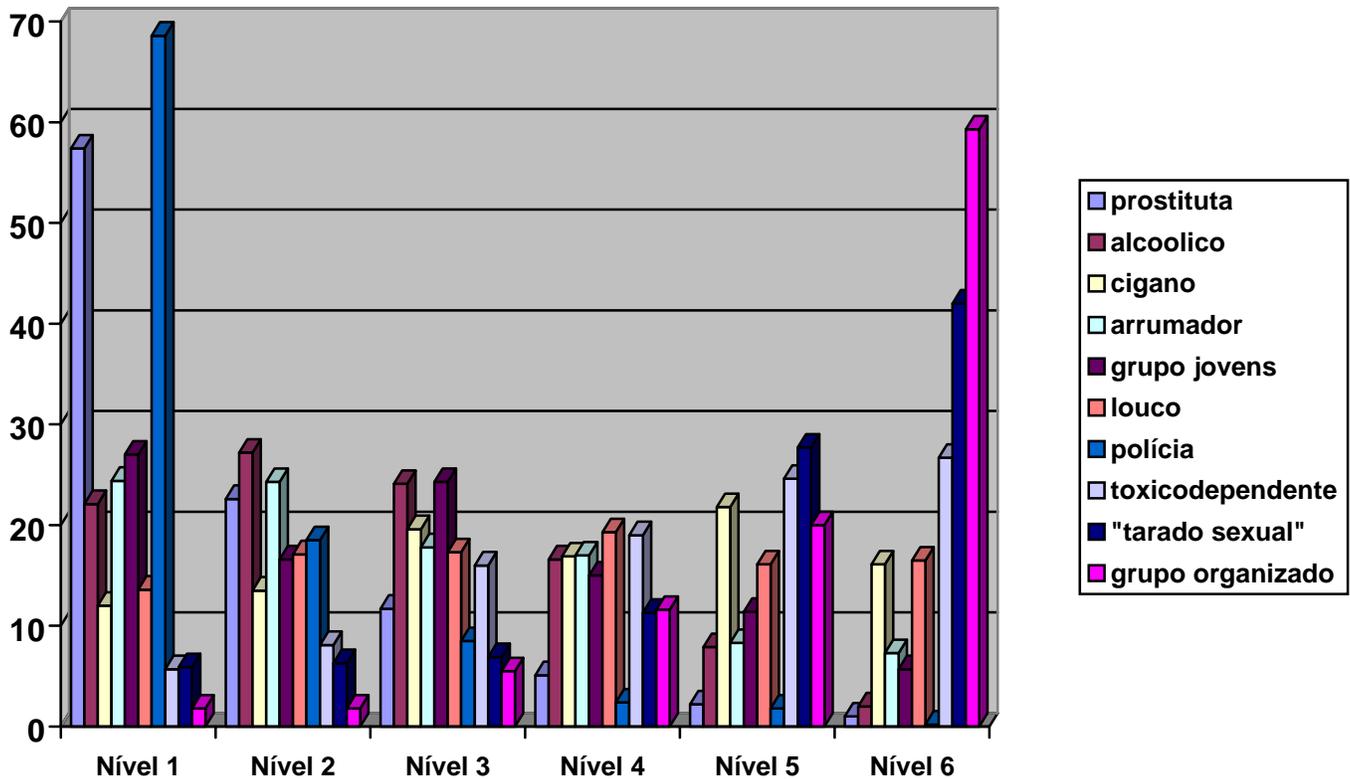


Figura 8 – Tendência criminal atribuída a cada figura

c) Contextualização do medo do crime no Porto

A maioria dos sujeitos (66,7%) diz-nos ter medo em qualquer dia da semana, indiscriminadamente, o que parece reforçar a ideia da difusão do sentimento de medo. Comparativamente, o fim-de-semana é mais temido do que os dias úteis (15,4% para 4,9%), sendo que apenas 11,7% dos sujeitos nos dizem nunca ter medo.

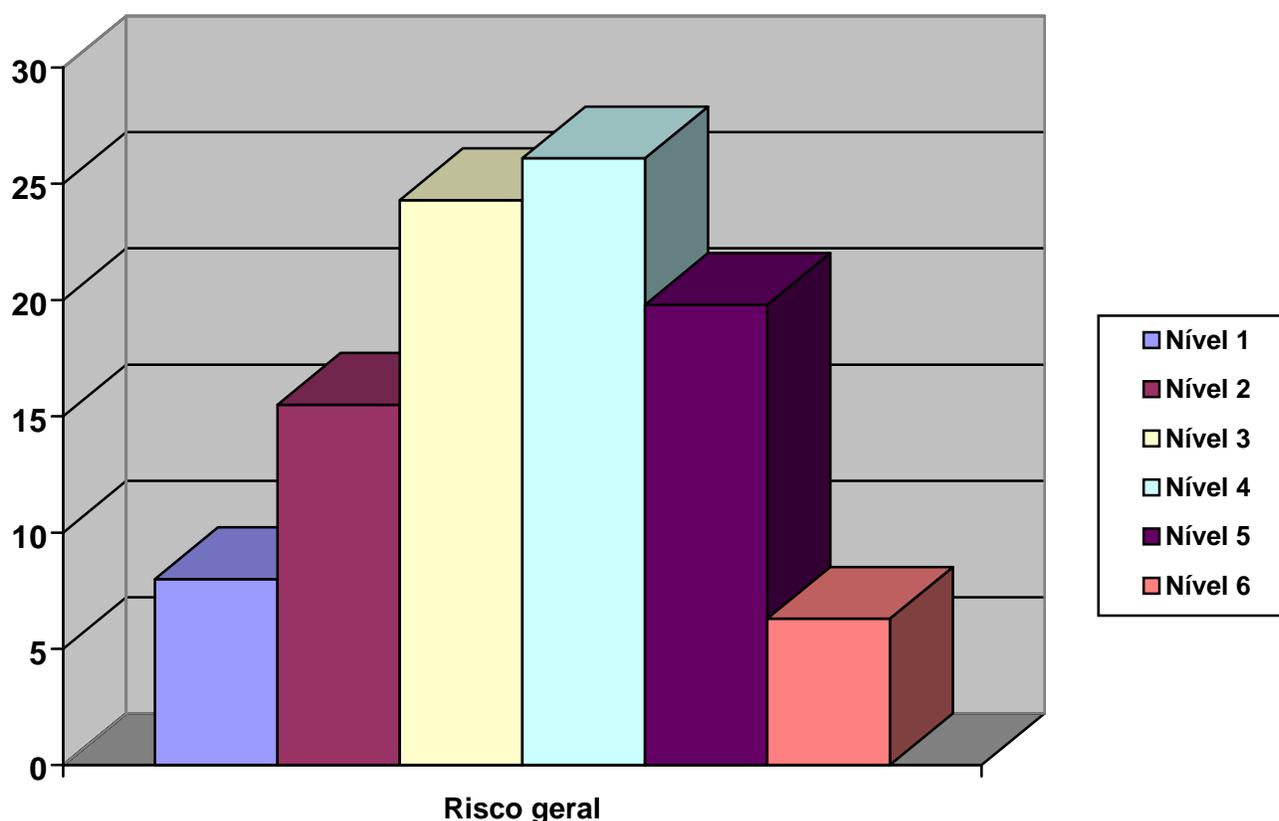
O período mais temido é o da noite/madrugada, que, conjuntamente, reúnem 58,4% das respostas. De salientar ainda que 30,9% dos entrevistados nos diz ter medo a qualquer hora.

O medo centra-se em determinadas zonas da cidade, configurando uma espécie de "mapas mentais do medo". Estes incluem, habitualmente, zonas da cidade que a maioria dos sujeitos (65,6%) refere conhecer, apesar de haver uma elevada percentagem de sujeitos que temem locais onde nunca estiveram (note-se que 2% dos inquiridos dizem recear toda a cidade do Porto).

d) Níveis de risco percebidos

52,2% dos sujeitos avaliam como elevada a probabilidade de serem vítimas de algum crime no próximo ano (cf. Figura 9).

Figura 9 – Níveis de risco geral percebido



A média do risco estimado dos diferentes crimes aponta para valores muito próximos deste, com 52,7% dos sujeitos a situarem-se num nível elevado. Concretizando estas estimativas, o crime percebido como mais provável é o furto (66,8%), seguido do furto na viatura (60,7%) e do assalto a casa (50%). Os crimes contra as pessoas são percebidos como menos prováveis, embora mantenham percentagens muito superiores ao seu risco real (cf. Ferreira, 1988) - o homicídio é estimado como bastante provável por 23,9% dos inquiridos, a violação por 23,2% e a agressão por 43,5% (cf. Figura 10).

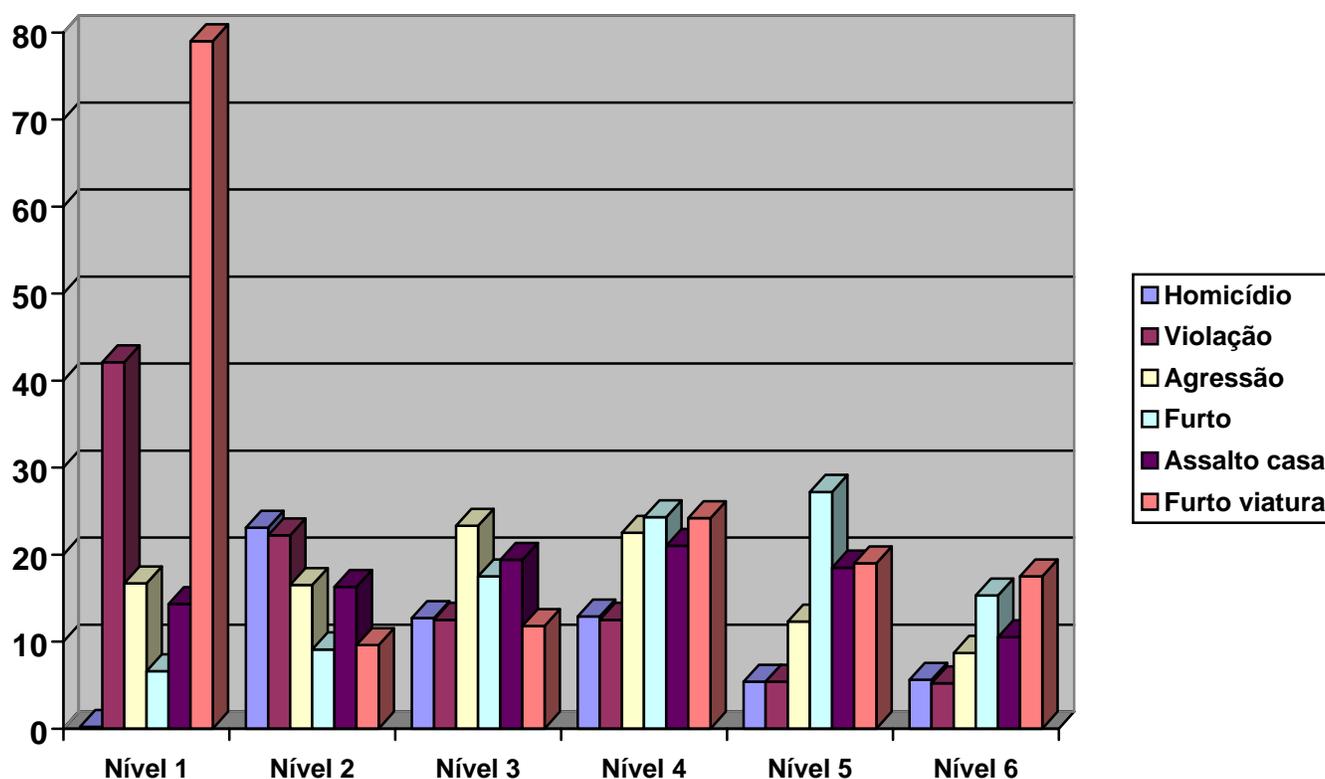


Figura 10 – Níveis de risco percebido em função do tipo de crime

e) Flutuações do crime

Tal como ocorria no inquérito anterior, predomina a ideia de que as taxas de crime têm vindo a subir, tanto no Porto (75,6%), como no resto do país (80,2%). Podemos, assim, dizer que continua a haver uma percepção do crime como "um fenómeno em escalada".

f) Gravidade percebida dos diferentes crimes

O nível médio de gravidade atribuída aos diferentes crimes é muito elevado, com 98,6% dos sujeitos a considerarem genericamente todos os actos analisados como muito graves. De entre estes, o crime considerado mais grave é o homicídio, com 98,8% a avaliarem-no como muito grave (82,9% dos sujeitos escolhem o nível seis da escala), seguido da violação, com 97,8% nos níveis mais elevados de gravidade (dos quais também 82,8% estão no nível seis), da agressão, com 84,2% (ao contrário dos anteriores, neste crime os sujeitos não se situam no ponto extremo da escala, distribuindo-se de forma mais uniforme pelos três níveis superiores), do assalto a casa, com 80% (a maioria dos sujeitos concentra-se nos níveis 4 e 5), do furto, com 60,4% (os inquiridos distribuem-se pelos níveis 3, 4 e 5) e, finalmente, do furto na viatura, com 52,5% (a concentração maior, neste caso, é nos níveis 3 e 4 da escala).

g) Estratégias defensivas

Raros são os sujeitos (2,8%) que não usam mais do que uma estratégia de defesa contra o crime. O mais comum (64,4%) é a utilização de 6 a 7 estratégias defensivas em simultâneo. Destas, as mais comuns são estratégias relativamente "passivas", que quase não requerem do sujeito um esforço económico, nem alterações significativas no seu estilo de vida (fechar bem portas - 89,6%; estar alerta - 84,2%; ocultar ou não transportar consigo os bens mais valiosos - 72,6%). Evitar zonas perigosas é considerada por 80,4% dos sujeitos uma boa estratégia de prevenção criminal, traduzindo a espacialização do medo a que atrás aludimos. O evitamento de desconhecidos é também uma estratégia comum (56,8%).

Outras estratégias, mais onerosas e "activas" (instalar fechaduras, adquirir ou trazer consigo objecto de defesa), são menos utilizadas (46% e 12,4%, respectivamente). O uso de estratégias de apoio interpessoal está também presente, embora não tão difundido como as restantes estratégias referidas: 47,4% dos sujeitos dizem-nos que evitam andar sós e 47,4% afirmam trazer consigo o contacto de alguém a quem possam recorrer, caso seja necessário.

h) Narrativas do medo

Quando se solicita aos sujeitos a evocação espontânea das situações que lhes induzem mais medo, o elemento criminal que predomina é, confirmando os dados anteriormente referidos, o crime violento que, isolado ou associado ao crime contra a propriedade, surge em 86,2% das narrativas⁸. Muitos dos entrevistados tendem a produzir narrativas nas quais surgem associados diferentes crimes, nomeadamente roubo/furto envolvendo agressão física (23,2%), homicídio precipitado pelo roubo/furto (14,4%), violação que culmina em homicídio (6,4%) e violação associada ao roubo (3%). Apesar de apenas 7,6% dos sujeitos centrar as suas narrativas criminais exclusivamente no crime contra a propriedade, se considerarmos o conjunto das referências ao furto/roubo (isolado e em combinação com outros crimes) este surge em 30,8% das narrativas.

Considerando o conjunto das referências ao homicídio este surge em 34% das narrativas, o crime de violação surge em 19,4% destas, e não surge qualquer referência a crimes directamente relacionados com a droga (tráfico e consumo).

A figura do *toxicodependente* continua, contudo, à semelhança do que ocorria em 1997, a destacar-se como o agente do crime mais saliente nestas narrativas (21,6% do total das narrativas, 37,5% se considerarmos apenas aquelas narrativas em que esta dimensão – o actor - foi referida pelos entrevistados). Para além do toxicodependente são referenciados como actores criminais os *jovens* (6,3% ou 11%), o *louco* (5,7% ou 9,9%) e o *grupo organizado* (4,2% ou 7,4%). Verifica-se ainda que 4% (ou 7%) dos sujeitos receiam que o crime possa ser cometido por *qualquer pessoa*.

Saliente-se que, em relação aos dados obtidos em 1997, a figura do indivíduo "com mau aspecto" - descrito como "porco", mal vestido, magro, com ar de vadio, em coincidência com o estereótipo do toxicodependente-*junkie* ou do arrumador de automóveis - diminuiu de forma considerável (é agora referido por 2,1% dos sujeitos que verbalizaram narrativas, em contraste com os 23,4% do estudo anterior).

A comparação das personagens indutoras de medo que emergiram dos relatos livres, com as respostas dadas às perguntas fechadas (em que se pedia aos sujeitos para nos dizerem o seu nível de medo relativamente a diversos tipos de pessoas), sugere-nos que, embora pouco salientes no imaginário popular, certas figuras (e.g., *grupo organizado*, "*tarado sexual*",

⁸ As percentagens apresentadas foram calculadas em função do total de entrevistados que elaboraram narrativas espontâneas do medo (ou seja, 473 dos 500 sujeitos da amostra).

arrumador, cigano) poderão encontrar, caso sejam propostas (por exemplo, através dos *mass media*), elevada responsividade por parte do público como fontes de medo. A figura do toxicod dependente, sendo a única que, em ambas as formas de avaliação, mantém uma posição de destaque, será, pois, a figura que mais directamente encarna o perigo para a população portuense, enquanto as outras figuras, embora não sendo espontaneamente evocadas, suscitam elevada adesão, como estereótipos criminais.

Quando são acrescentadas mais informações sobre o criminoso, este é quase exclusivamente representado como sendo do sexo masculino (apenas um entrevistado o representou como mulher), agindo maioritariamente em grupo (37% caso consideremos o total de sujeitos que produziu narrativas ou 52,5%, caso a percentagem seja calculada por referência aos sujeitos que identificam os agentes criminais), embora muitas vezes imaginado como actuando sozinho (33,4% ou 47,2%). Este actor é maioritariamente representado como estando armado (32,8% ou 57%) e recorre, na sua coacção ou agressão à vítima, quer a *armas brancas* (14,8% ou 45,2%), quer a *armas de fogo* (14% ou 42,6%). Por oposição, a vítima (quase sempre o próprio entrevistado⁹) foi-nos quase sempre descrita como impotente face à situação criminal (30% ou 43,7%), na maioria dos casos estando só, sendo que apenas 14,2% (ou 28,2%) dos sujeitos se imaginam a reagir activamente nessas circunstâncias, 3,6% (ou 7,1%) a gritar ou pedir socorro, e 3,2% (ou 6,3%) a fugir ou tentar evitar a interacção. O recurso às forças policiais é indicado por 7,4% (ou 14,7%) dos entrevistados.

Os cenários do medo são essencialmente a noite (33,4% ou 65%) e as ruas da cidade (40% ou 49,3%), embora um número considerável de sujeitos refiram o dia (11,6% ou 22,6%) e o espaço da casa (23% ou 28,5%), envolvendo sempre, neste último caso, a intrusão de um desconhecido no espaço doméstico. Gostaríamos aqui de salientar o acréscimo significativo, por comparação com o estudo de 1997, de sujeitos que representam a casa como um espaço onde poder ser vítima de crime corresponde ao seu maior medo.

3.2. Análise bivariada

Nesta segunda fase da análise dos dados procedemos ao teste sistemático de diferenças entre grupos, grupos estes que foram constituídos a partir das principais variáveis que a investigação empírica sobre este tema tem considerado: sexo, idade, nível socio-económico e

⁹ As excepções a este padrão são as referências à hipotética vitimação de crianças, filhas ou netas dos entrevistados.

vitimação pessoal. Comparámos estes sujeitos em função das medidas gerais e específicas de medo, risco e gravidade estimada do crime, bem como quanto ao número de estratégias defensivas utilizadas e ao nível de medo médio das dez figuras insegurizantes analisadas.

a) Comparação dos grupos em função do género

Tal como ocorria no estudo anterior, o género dos sujeitos discrimina claramente os seus níveis de insegurança face ao crime, em todas as medidas estudadas. Assim, as mulheres obtêm valores superiores aos dos homens quando lhes é pedido para estimarem a intensidade do seu medo pessoal ($t=-6.976$; $p=0.000$), bem como quando se calcula a média global do seu medo de diferentes tipos de crimes ($t=-8.560$; $p=0.000$). O seu nível de medo é também maior, quer quando consideramos o conjunto dos crimes contra a propriedade ($t=-4.225$; $p=0.000$), quer quando temos como referência os três crimes pessoais propostos ($t=-9.090$; $p=0.000$). Curiosamente, e ao contrário do que sugeria Warr (1995), este efeito mantém-se, mesmo quando excluído do cálculo o receio da violação ($t=-6.910$; $p=0.000$).

Se procurarmos concretizar estes medos, verificamos que, à excepção do furto nas viaturas¹⁰, que não diferencia os dois sexos, em todos os outros crimes considerados as mulheres apresentam níveis superiores de medo. Assim, estas temem mais o furto ($t=-5.046$; $p=0.000$), o homicídio ($t=-6.609$; $p=0.000$), o assalto a casa ($t=-5.381$; $p=0.000$), a violação ($t=-9.984$; $p=0.000$) e a agressão ($t=-5.221$; $p=0.000$).

Estas diferenças entre os sexos mantêm-se se, em vez destes indicadores de medo, considerarmos a questão sobre o andar só, à noite, na zona de residência ($U=19950$, $p=0.000$); sobre tal comportamento durante o dia ($U=22465,5$, $p=0.000$) e sobre estar só, em casa, à noite ($U=19260$, $p=0.000$) ou de dia ($U=23015$, $p=0.000$).

As mulheres percebem também a probabilidade de serem vítimas, em termos gerais, como mais elevada ($t=-2.155$; $p=0.032$), o mesmo acontecendo quando se calcula o nível médio de risco que estimam para os diferentes crimes considerados no inquérito ($t=-2.710$; $p=0.007$). Concretizando, verifica-se que antecipam uma maior probabilidade de serem vítimas de furto ($t=-3.624$; $p=0.000$), de assalto a casa ($t=-2.715$; $p=0.007$) e de violação ($t=-3.736$; $p=0.000$).

¹⁰Dadas as características demográficas da amostra, nomeadamente a existência de um número significativo de mulheres de idade avançada e de nível socio-económico baixo e médio-baixo, é possível que esta ausência de relações se deva ao facto de estas não serem proprietárias de veículos, e não tanto a um grau efectivamente inferior de medo.

Não se diferenciam, contudo, dos homens na antecipação do risco de serem vítimas de homicídio, de serem agredidas ou de verem as suas viaturas furtadas.

No que se refere à gravidade média dos diferentes crimes, obtêm também valores superiores ($t=-4.138$; $p=0.000$), sendo esta avaliação mais severa alargada a todos os actos considerados, à excepção do furto de objectos da viatura. Assim, avaliam mais severamente a gravidade do furto ($t=-2,405$; $p=0.017$), do homicídio ($t=-3.422$; $p=0.001$), do assalto a casa ($t=-3.556$; $p=0.000$), da violação ($t=-4.174$; $p=0.000$) e da agressão ($t=-3.136$; $p=0.002$).

Adoptam ainda um número significativamente maior de comportamentos defensivos ($t=-3,214$; $p=0.001$) e receiam mais, em termos médios, as diferentes figuras insegurizantes que lhes foram apresentadas ($t=-3,475$; $p=0.001$).

b) Comparação dos grupos em função da idade

Tal como sugerem alguns dos autores que têm estudado a relação entre o sentimento de insegurança e a idade (e.g., Ferraro & Lagrange, 1992), encontramos, no nosso estudo, uma considerável variabilidade de resultados, em função do tipo de medida utilizado. Assim, quando recorremos a medidas globais de medo - tais como a estimação da intensidade do medo do crime sentido - encontramos diferenças significativas entre os vários grupos etários ($F=9.436$, $p=0.000$), com os sujeitos de mais de 50 anos a revelarem níveis superiores de medo. O mesmo acontece quando utilizamos a medida de medo mais usual dos inquiridos - "medo de andar só, à noite, na área de residência" ($U=40.932$, $p=0.000$) -, bem como quando analisamos este comportamento de dia ($U=46.782$, $p=0.000$), ou quando alargamos as questões ao contexto da casa, de noite ($U=34.769$, $p=0.000$), ou de dia ($U=30.178$, $p=0.000$). Replicam-se, assim, os resultados obtidos na generalidade das investigações que utilizam este tipo de medidas (e.g., Keane, 1992; Borroah & Carach, 1997).

Contudo, tal como sugeriam LaGrange e Ferraro (1989), quando recorremos a medidas de medo obtidas a partir de indicadores mais específicos, estas diferenças entre os grupos etários dissipam-se. Assim, a medida obtida a partir da média do medo suscitado por cada um dos seis crimes considerados não estabelece distinções entre os grupos, o mesmo acontecendo com a medida de risco obtida através de um processo análogo¹¹. O nível médio de receio das diferentes figuras criminais não diferencia também os sujeitos dos vários grupos etários, o

¹¹ Devemos, aliás, acrescentar que a medida global de risco - estimação da probabilidade de ser alvo de um crime no próximo ano - também não diferencia os vários grupos de idade.

mesmo acontecendo relativamente ao número de estratégias defensivas adoptadas. Tal como seria de prever, atendendo ao que referem os autores supracitados, estes resultados repetem-se caso consideremos o medo discriminado de crimes contra a propriedade ou de crimes contra a pessoa.

Curiosamente, contudo, se centrarmos a nossa análise num nível ainda mais específico - o receio e o risco antecipado dos diferentes crimes concretos - os nossos resultados revelam diferenças substanciais em função da idade. Estas não obedecem, contudo, ao padrão linear de intensificação do medo e risco percebido com a idade, antes parecendo indicar que os medos dos diferentes grupos etários se poderão diferenciar mais no seu conteúdo do que, propriamente, na sua intensidade. Assim, são os sujeitos mais idosos, sobretudo aqueles com idade superiores a 65 anos, que mais temem o furto ($F=6.126$, $p=0.000$), sendo que o receio do assalto a casa parece também intensificar-se com a idade ($F=5.820$, $p=0.001$). Já os outros dois crimes que distinguem os grupos etários - a violação e o furto de viatura - apresentam um padrão inverso a estes. Assim, os receios da violação são maiores nos sujeitos com idades abaixo dos 50 anos ($F=4.933$, $p=0.002$) e são as pessoas com mais de 65 anos aquelas que, de entre todos os participantes, menos temem os furtos na viatura ($F=3.015$, $p=0.030$).

Estes resultados encontram uma correspondência quase directa no que se passa ao nível da estimacão do risco. Assim, os sujeitos com mais de 65 anos estimam como menor a probabilidade de serem alvo de furtos na viatura ($F=7.050$, $p=0.000$) e os sujeitos com menos de 50 anos são quem avalia como mais fortes os seus riscos de violação ($F=5.554$, $p=0.001$). O risco estimado de assalto a casa é, tal como seria de esperar face ao nível de medo, mais intenso para quem tem mais de 25 anos ($F=6.512$, $p=0.000$). Já no que se refere ao furto, as probabilidades estimadas de ocorrência não revelam diferenças significativas entre os grupos etários. Os dois crimes que não tinham revelado diferenças etárias ao nível do medo - o homicídio e a agressão - permanecem não discriminativos quanto ao risco.

Já no que se refere à gravidade estimada dos diferentes crimes, este panorama muda um pouco, encontrando-se diferenças para todos os crimes considerados, à excepção do furto de viaturas e da agressão. Assim, tal como haviam revelado níveis superiores de receio, os sujeitos com mais de 65 anos avaliam também o furto como mais grave ($F=6.208$, $p=0.000$) e consideram - acompanhando também a direcção estabelecida ao nível da intensidade do medo e da estimacão do risco - o assalto a casa como um crime mais sério ($F=3.393$, $p=0.018$).

Quanto à violação, o padrão afasta-se um pouco do que havia sido anteriormente estabelecido: se, de facto, os sujeitos com menos de cinquenta anos atribuem uma maior gravidade a este acto (tal como seria de esperar, dado o seu maior medo e risco percebidos), o grupo com mais de 65 anos, apesar de ter níveis de medo e risco substancialmente inferiores, avalia também este crime como muito grave. É, assim, o grupo entre os 50 e os 65 anos que se destaca de todos os outros, com uma avaliação da gravidade da violação que, embora alta, é inferior à dos restantes grupos etários. Algo muito semelhante se passa em relação ao homicídio, perante o qual este grupo, embora atribuindo-lhe uma elevada gravidade, é o que menos ênfase lhe confere, sobretudo se comparado com o dos sujeitos de mais de 65 anos.

Os sujeitos mais idosos parecem, assim, no conjunto, ser o grupo que, de forma mais uniforme, confere uma maior gravidade aos diferentes crimes considerados, facto que se traduz na maior gravidade média que atribuem ao conjunto dos crimes analisados ($F=3.294$, $p=0.020$).

c) Comparação dos grupos em função do nível socio-económico

Tal como sugerem a maioria dos autores que têm estudado a relação entre o sentimento de insegurança e o nível socio-económico (NSE) encontramos, no nosso estudo, uma considerável variabilidade de resultados em função do meio de pertença dos sujeitos. Assim, relativamente à intensidade geral do medo, encontramos diferenças significativas entre os vários grupos socio-económicos ($F=8.313$, $p=0.000$), sendo que, quanto mais baixo é o NSE, mais elevados são os níveis gerais de medo sentido. Este resultado vai, globalmente, de encontro ao verificado nos estudos que analisam este tema (e.g. Keane, 1992; Rountree & Land, 1996).

Quando utilizamos a medida de medo mais usual dos inquiridos - "medo de andar só, à noite, na área de residência" -, ou quando analisamos este comportamento durante o dia, não se encontram, contudo, diferenças significativas em função dos grupos socio-económicos. Estas voltam a emergir quando alargamos as questões ao contexto da casa, quer de noite ($U=9.576$, $p=0.048$), quer de dia ($U=10.346$, $p=0.035$), com os sujeitos dos NSE mais baixos a revelarem mais medo no espaço doméstico do que os dos NSE mais elevados. Estes resultados poderão estar relacionados com a maior taxa de violência doméstica nos meios mais carenciados (Lourenço, Lisboa & Pais, 1997), bem como ser atribuíveis à menor capacidade destes sujeitos desenvolverem estratégias securitárias em torno da casa (e.g., alarmes). Poderá também relacionar-se com a maior proximidade espacial deste grupo social com as zonas consideradas "perigosas", às quais atrás aludimos. O conjunto destas hipóteses explicativas sugere a

necessidade de aprofundar o estudo das relações entre NSE, configurações do medo e taxas e tipos de vitimação destes sujeitos.

Idênticos resultados são encontrados para o nível médio de medo dos diferentes crimes ($F=2.547$, $p=0.039$) e, em particular, para o grupo dos crimes violentos/contra a pessoa ($F=3.590$, $p=0.007$ ¹²), em que, de novo, tal como ocorria no estudo de Keane (1992), os sujeitos de NSE mais baixo apresentam valores de medo mais elevados. Embora não se verifiquem diferenças significativas para a generalidade dos crimes de tipo aquisitivo, essa diferença surge para o caso concreto do medo do furto ($F=6.191$, $p=0.000$), no mesmo sentido dos anteriormente referidos. No que diz respeito aos crimes violentos, os sujeitos do NSE mais elevado (nível 1) distinguem-se dos sujeitos dos restantes quatro grupos pelos reduzidos níveis de medo que apresentam, quer do homicídio ($F=5.742$, $p=0.000$), quer da agressão ($F=2.674$, $p=0.031$), sendo que, em relação a este último - e ao contrário do que acontecia para os restantes tipos específicos de crime -, o grupo de NSE médio-alto é aquele que maiores níveis de medo apresenta.

O risco geral de ser vítima é também percebido como mais elevado pelos NSE mais baixos ($F=4.245$, $p=0.002$), sendo que a classe média-baixa é aquela que considera uma probabilidade mais elevada de vir a ser vitimada, em contraponto com a classe alta que apresenta os valores mais reduzidos. O mesmo resultado genérico surge para o risco específico de ser vítima de homicídio ($F=5.297$, $p=0.000$) e para o risco de sofrer uma agressão ($F=3.851$, $p=0.004$), encontrando-se o resultado oposto para o risco de ser vítima de furto na viatura, estimado como mais elevado pelos dois NSE superiores ($F=6.446$, $p=0.000$).

Tal como acontecia com a variável idade, as diferenças em função do NSE parecem, assim, indicar que os medos dos diferentes grupos se poderão diferenciar mais no seu conteúdo do que propriamente na sua intensidade, embora seja visível a intensidade diferencial do nível de medo relativamente aos crimes mais violentos.

Os níveis mais elevados de medo de ser vítima expressos pelos sujeitos de nível socioeconómico mais baixo parecem corresponder a níveis de vitimação efectivos e não apenas a um sentimento inseguritário mais elevado, uma vez que os sujeitos dos dois NSE mais baixos da nossa amostra foram, de facto, significativamente mais vitimados que os dos NSE mais elevados ($U=26.665$, $p=0.000$)¹³.

¹² Encontramos idêntico resultado ($F=2.660$, $p=0.032$) mesmo se eliminarmos o crime de violação.

¹³ O mesmo acontece para a vitimação nos últimos 5 anos ($U=30.919$, $p=0.000$).

O nível médio de receio das diferentes figuras criminais diferencia também os sujeitos dos vários NSE, sendo curioso constatar que os "grupos extremos" (NSE baixo e NSE elevado) se aproximam entre si, diferenciando-se dos grupos mais centrais, e que são os sujeitos de nível socio-económico médio (e também os do médio-alto) aqueles que revelam maiores níveis de medo para algumas figuras em particular: a prostituta ($F=3.146$, $p=0.014$), o grupo de jovens ($F=6.771$, $p=0.000$) e o grupo organizado ($F=8.533$, $p=0.000$). Quanto ao arrumador, o medo desta figura tende a aumentar à medida que aumenta o NSE ($F=9.461$, $p=0.000$), aumentando correlativamente a tendência criminal que lhe é atribuída ($F=9.764$, $p=0.000$). A atribuição de tendências criminais às restantes figuras sofre algumas variações, sendo que, para a figura do grupo organizado, de novo os NSE "extremos" se aproximam com atribuição de tendências criminais mais baixas que os restantes grupos ($F=6.974$, $p=0.000$), para a figura "grupo de jovens" os níveis médio e médio-alto se distinguem dos restantes três grupos ($F=3.486$, $p=0.008$), e para a figura do "louco" os níveis médio-alto e médio-baixo, com valores mais elevados, se distinguem dos três outros grupos ($F=2.748$, $p=0.028$). Não se encontram diferenças para as restantes figuras.

Apesar das diferenças nos níveis de medo e risco, os diferentes NSE não se distinguem quanto ao número de estratégias defensivas adoptadas.

Por último, a gravidade geral dos diferentes crimes distingue também os diferentes grupos socio-económicos, sendo que o crime é estimado como gradualmente mais grave à medida que o NSE aumenta ($F=2.798$, $p=0.026$). Dois tipos específicos de crime distinguem de forma particular os NSE mais elevados (evoluindo no mesmo sentido): o furto ($F=8.967$, $p=0.000$) e o assalto à residência ($F=3.448$, $p=0.009$).

d) Comparação dos grupos em função da vitimação

O pressuposto de que a vitimação é uma das principais causas do medo tem sido desmentido por um considerável número de estudos empíricos, que encontram relações reduzidas ou nulas entre estas duas variáveis (e.g., Haghghi & Sorensen, 1996; Joseph, 1997).

Da mesma forma, neste estudo, os sujeitos que haviam sido alvo de actos criminais não se diferenciam, na generalidade das medidas analisadas, dos restantes participantes. Assim, a intensidade do medo pessoal não discrimina estes dois grupos, o mesmo acontecendo com o indicador de medo obtido a partir da média dos diferentes crimes, com a medida de risco geral, a média do risco atribuído aos diferentes crimes ou a gravidade média destes. No receio médio das

diferentes figuras criminais apresentadas não se encontraram também diferenças entre quem havia sido vitimado e quem nunca o foi, o mesmo acontecendo com as medidas de medo que se referiam ao comportamento de andar só na rua, à noite ou de dia, bem como a estar só em casa, de noite ou de dia.

A análise mais específica dos diferentes medos não revela, também, diferenças ao nível do crime contra a propriedade nem quanto ao medo de crimes pessoais. O mesmo sucede se analisarmos, de forma mais discriminada, o receio de cada um dos seis crimes considerados, bem como a sua gravidade percebida.

Também no que diz respeito ao risco, o quadro geral é o da ausência de diferenças entre estes dois grupos. Encontramos, no entanto, dois crimes em que as vítimas estimam como superior a sua probabilidade de vitimação futura: o furto ($t=2.594$, $p=0.010$) e o assalto à residência ($t=2.010$, $p=0.045$), correspondendo estes precisamente ao tipo de crime de que mais frequentemente haviam sido alvo os sujeitos da nossa amostra.

Para além destas duas medidas, também o número de comportamentos defensivos permite discriminar vítimas e não vítimas, com as primeiras a adoptarem mais estratégias defensivas contra o crime do que as segundas ($t=2.667$, $p=0.008$).

e) Comparação dos grupos em função da vitimação nos últimos cinco anos

Em termos globais, se a nossa análise incidir sobre a ocorrência de episódios criminais nos últimos cinco anos, os resultados são idênticos aos que acabámos de descrever. Assim, vítimas e não-vítimas neste período não se distinguem quanto à intensidade do seu medo pessoal, nem quanto ao indicador de medo obtido a partir da média dos diferentes crimes. Na medida de risco geral, na média do risco atribuído aos diferentes crimes e na gravidade média destes não se encontram também diferenças significativas entre quem foi ou não alvo de crimes nos últimos cinco anos. O mesmo acontece no que se refere ao receio médio das diferentes figuras criminais apresentadas, bem como nas medidas de medo que se referem a andar só na rua, à noite ou de dia, e a estar só em casa, de noite ou de dia.

Repete-se também, numa análise mais pormenorizada dos diferentes medos, o que atrás havia ocorrido para a vitimação em geral. Assim, não encontramos diferenças ao nível do medo do crime contra a propriedade, nem quanto ao medo de crimes violentos. A análise discriminada do receio de cada um dos seis crimes considerados, bem como da sua gravidade percebida, não

revela igualmente, em nenhum deles, diferenças entre quem foi vitimado nos últimos cinco anos e aqueles que o não foram.

No que diz respeito às percepções de risco específicas, os resultados são também análogos aos anteriormente referidos. Saliente-se apenas que, neste caso, as únicas variáveis que discriminam quem foi vitimado mais recentemente de quem não o foi se restringem à percepção de uma maior probabilidade de ser vítima de furto ($t=2.245$, $p=0.025$) e à adopção de um número superior de estratégias defensivas ($t=2.275$, $p=0.002$).

3.3. Análise multivariada

Do conjunto de variáveis que o inquérito abordava seleccionámos as mais directamente relacionadas com o medo do crime (nível geral de medo e de risco percebido; nível de medo e risco de crimes pessoais e contra a propriedade; nível de medo e de perigosidade criminal de cada uma das figuras insegurizantes apresentadas; flutuações do crime no Porto e comportamentos de auto-protecção), bem como as variáveis demográficas mais relevantes (sexo, idade, nível socio-económico, vitimação). Estas trinta e duas variáveis foram submetidas a uma análise factorial de correspondências múltiplas no programa Ancorr (de Ialgonitzer & Tabet, adaptado por Ph. Cibois), com o objectivo de analisar o seu modo de agregação, assim extraindo diferentes perfis de medo ou posicionamento face ao crime.

Para a análise que a seguir apresentamos, considerámos os primeiros quatro factores emergentes que, no seu conjunto, explicam 60% da inércia total da matriz.

Quadro VII - Descrição dos factores extraídos pela análise factorial de correspondências (I = valor próprio; T% = taxa de inércia)

Factor	I	II	III	IV
I	0.02511	0.00632	0.00397	0.00267
T%	39.303	9.894	6.216	4.172
T% acumulada	39.303	49.197	55.413	59.586

a) Primeiro factor

A soma das contribuições (CTR) das características consideradas neste primeiro factor equivale a 92.9% do total, ou seja, levámos em consideração, na análise deste factor, um conjunto de características que contribuem para cerca de 93% da variância total que por ele é explicada.

Quadro VIII - Associações com mais fortes contribuições para a inércia do primeiro factor (F1=coordenada factorial; CO2=qualidade da representação do ponto sobre o factor; CTR=contribuição da variável, em percentagem, para a inércia do factor)

Vector positivo	F1	CO2	CTR
Reduzido nível de medo do crime pessoal	3.15	0.618	3.7
Reduzido nível de medo do "tarado sexual"	2.90	0.524	3.1
Reduzido nível de medo dos grupos organizados	3.97	0.483	3.1
Reduzido nível de medo do louco	2.17	0.635	2.8
Reduzido nível de medo do toxicodependente	2.15	0.606	2.7
Reduzida tendência do louco para o crime	2.08	0.609	2.6
Reduzido nível de medo geral	2.39	0.496	2.5
Reduzido medo do crime contra a propriedade	2.55	0.466	2.2
Reduzido nível de risco geral percebido	1.87	0.545	2.1
Reduzido risco percebido do crime contra a propriedade	2.22	0.418	1.9
Reduzida tendência do "tarado sexual" para o crime	2.65	0.321	1.7
Reduzida tendência dos grupos organizados para o crime	3.91	0.302	1.7
Reduzida tendência dos grupos de jovens para o crime	1.44	0.617	1.7
Reduzido nível de medo dos grupos de jovens	1.44	0.565	1.7
Reduzido risco percebido do crime pessoal	1.34	0.643	1.6
Reduzido nível de medo dos ciganos	1.43	0.456	1.5
Reduzida tendência do toxicodependente para o crime	1.99	0.326	1.5
Reduzido número de comportamento de auto-defesa	1.65	0.438	1.5
Reduzido nível de medo do alcoólico	1.14	0.674	1.3
Reduzido nível de medo do arrumador	1.14	0.564	1.2
Reduzida tendência dos alcoólicos para o crime	1.16	0.602	1.2
Reduzida tendência dos ciganos para o crime	1.48	0.331	1.2
Sexo masculino	1.62	0.224	1.1
Reduzida tendência dos arrumadores para o crime	1.14	0.421	1.1

Vector negativo	F1	CO2	CTR
Elevado nível de medo do alcoólico	4.03	0.667	4.4
Elevada tendência dos jovens para o crime	3.08	0.626	3.8
Elevado nível de risco percebido do crime pessoal	3.05	0.630	3.5
Elevado nível de medo do arrumador	3.30	0.558	3.5
Elevada tendência do alcoólico para o crime	3.22	0.611	3.4
Elevado nível de medo do grupo de jovens	2.72	0.571	3.2
Elevado nível de medo da prostituta	5.80	0.429	2.7
Elevada tendência do louco para o crime	1.96	0.621	2.5
Elevado nível de medo do louco	1.95	0.631	2.5
Elevada tendência do arrumador para o crime	2.39	0.432	2.3
Elevado nível de medo do toxicodependente	1.81	0.589	2.2
Elevado nível de medo dos ciganos	1.95	0.474	2.0
Elevada tendência da prostituta para o crime	4.44	0.350	2.0
Elevado nível de risco geral percebido	1.62	0.521	1.7
Elevado medo do crime pessoal	1.33	0.609	1.5
Elevado nível de medo geral	1.30	0.489	1.4
Elevado número de comportamentos de auto-defesa	1.30	0.430	1.2
Elevado nível de medo do "tarado sexual"	1.18	0.517	1.2
Elevada tendência dos ciganos para o crime	1.29	0.361	1.1
Elevado medo do crime contra a propriedade	1.14	0.504	1.1

Como se pode ver pelo quadro, este factor revela, globalmente, dois grupos que contrastam quanto ao seu nível de medo. Assim, no vector positivo deste factor agrupam-se os sujeitos com reduzido receio do crime em geral (muito particularmente com reduzido receio do crime pessoal) e que percebem o crime como uma ocorrência pouco provável. O reduzido medo deste grupo traduz-se ainda, na avaliação que fazem da generalidade das figuras insegurizantes que lhes foram propostas, consideradas como pouco indutoras de medo e pouco temidas. Este grupo tende a ser predominantemente constituído por indivíduos de sexo masculino.

No vector negativo deste factor encontramos um grupo caracterizado pelo seu elevado receio do crime, muito particularmente do crime pessoal, que percebem como muito provável. Este receio concretiza-se na imputação de elevada perigosidade criminal à diversidade de figuras que foram propostas, as quais temem significativamente.

b) Segundo factor

A soma das contribuições (CTR) das características consideradas neste segundo factor equivale a 87.7% do total, ou seja, levámos em consideração, na análise deste factor, um conjunto de características que contribuem para cerca de 88% da variância total que por ele é explicada .

Quadro IX - Associações com mais fortes contribuições para a inércia do segundo factor

Vector positivo	F2	CO2	CTR
Nível socio-económico baixo	2.30	0.358	6.5
Sexo feminino	1.19	0.510	4.7
Reduzida tendência dos arrumadores para o crime	0.97	0.309	3.2
Elevado nível de medo geral	0.91	0.241	2.7
Reduzida tendência dos toxicodependentes para o crime	1.31	0.142	2.5
Mais de 65 anos	1.50	0.158	2.5
Elevado medo do crime pessoal	0.70	0.172	1.7
Reduzido medo dos grupos de jovens	0.72	0.141	1.7
Reduzida tendência dos grupos de jovens para o crime	0.62	0.113	1.3
Reduzida tendência dos ciganos para o crime	0.76	0.087	1.3
Elevado medo do "tarado sexual"	0.56	0.117	1.1
Reduzida tendência dos grupos organizados para o crime	1.49	0.044	1.0
51-65 anos	0.88	0.71	1.0
Reduzido medo dos arrumadores	0.52	0.116	1.0

Vector negativo	F2	CO2	CTR
Sexo masculino	2.42	0.497	9.5
Elevada tendência dos arrumadores para o crime	2.01	0.306	6.5
Menos de 25 anos	1.98	0.317	4.9
Reduzido nível de medo geral	1.65	0.237	4.8
Reduzido medo do crime pessoal	1.59	0.157	3.7
Nível socio-económico médio	1.60	0.218	3.2
Elevado medo da polícia	4.74	0.158	3.2
Elevado medo dos grupos de jovens	1.32	0.135	3.0
Elevada tendência dos grupos de jovens para o crime	1.32	0.114	2.8
Elevado medo dos arrumadores	1.48	0.112	2.8
Reduzido medo do "tarado sexual"	1.33	0.111	2.6
Reduzido medo do crime contra a propriedade	1.12	0.091	1.7
Elevada tendência da prostituta para o crime	2.54	0.071	1.4
Nunca foi vítima	0.75	0.098	1.1
Reduzido número de comportamentos de auto-protecção	0.69	0.077	1.1
Elevada tendência do toxicodependente para o crime	0.55	0.138	1.1
Reduzida tendência do "tarado sexual" para o crime	1.08	0.053	1.1
Elevada tendência dos ciganos para o crime	0.61	0.082	1.0

Este factor revela, essencialmente, a oposição entre dois grupos demográficos distintos: o grupo situado nas coordenadas positivas do factor, constituído maioritariamente por mulheres com mais de cinquenta anos, de nível socio-económico baixo, e o grupo situado nas coordenadas negativas, composto predominantemente por homens jovens (menos de vinte e cinco anos), de classe média. O primeiro grupo, bastante receoso, teme sobretudo o crime pessoal, sendo na figura do criminoso sexual que centra os seus receios. As restantes figuras insegurizantes que lhe são propostas (e.g., arrumador, toxicodependente, jovens, ciganos) são, pelo contrário, avaliadas de forma pouco negativa.

Em contrapartida, o grupo dos homens jovens, que afirma ter pouco receio, quer do crime pessoal quer do crime contra a propriedade, e para quem a figura do criminoso sexual não é indutora de medo, denuncia algum receio dos seus pares (grupos de jovens) e dos arrumadores, que percebe como tendo elevada tendência para o crime. Percebe ainda como figuras associadas ao crime a prostituta, o toxicodependente e os ciganos e verbaliza elevado receio da polícia.

c) Terceiro factor

A soma das contribuições (CTR) das características consideradas neste terceiro factor equivale a 90.6% do total, ou seja, levámos em consideração, na análise deste factor, um conjunto de características que contribuem para cerca de 91% da variância total que por ele é .

Quadro X - Associações com mais fortes contribuições para a inércia do terceiro factor

Vector positivo	F3	CO2	CTR
Reduzida tendência do cigano para o crime	1.08	0.177	4.1
Reduzido medo dos ciganos	0.84	0.156	3.1
Nível socio-económico médio	1.52	0.104	2.6
Elevado medo do "tarado sexual"	0.63	0.151	2.3
Elevado medo dos grupos organizados	0.52	0.236	1.8
Nível socio-económico médio-baixo	0.91	0.071	1.7
Elevada tendência do "tarado sexual" para o crime	0.50	0.208	1.6
Menos de 25 anos	0.79	0.051	1.3
25-50 anos	0.74	0.057	1.2
Nunca foi vítima	0.62	0.067	1.2
Elevada tendência dos grupos organizados para o crime	0.39	0.280	1.1

Vector negativo	F3	CO2	CTR
Reduzida tendência dos grupos organizados para o crime	3.75	0.278	10.1
Nível socio económico baixo	2.26	0.347	10
Reduzido medo dos grupos organizados	2.77	0.235	9.6
Reduzida tendência do "tarado sexual" para o crime	2.21	0.223	7.3
50-65 anos	1.99	0.278	7.0
Reduzido medo do "tarado sexual"	1.57	0.153	5.7
Elevado medo do cigano	1.10	0.150	4.1
Elevada tendência da prostituta para o crime	2.32	0.096	3.5
Elevada tendência dos ciganos para o crime	0.89	0.171	3.4
Elevado medo da prostituta	2.29	0.067	2.7
Elevado medo do alcoólico	1.21	0.060	2.5
Elevada tendência do alcoólico para o crime	0.88	0.046	1.6
Elevado medo da polícia	2.18	0.033	1.1

Este factor revela a oposição entre dois grupos socio-demográficos que se distiguem pelo tipo de figuras em que centram os seus receios do crime. Assim, nas coordenadas positivas do vector encontramos um grupo de sujeitos relativamente jovens (com menos de 50 anos), de nível

socio-económico médio, que centra as suas preocupações com o crime em torno das figuras do criminoso sexual e dos grupos organizados. A este grupo opõe-se, nas coordenadas negativas do vector, um conjunto de sujeitos mais idosos (50 a 65 anos) e mais carenciados, que não temem aquelas figuras mas antes os alcoólicos, as prostitutas, os ciganos e a polícia.

d) Quarto factor

A soma das contribuições (CTR) das características consideradas neste quarto factor equivale a 89.4% do total, ou seja, levámos em consideração, na análise deste factor, um conjunto de características que contribuem para cerca de 89% da variância total que explica .

Quadro XI - Associações com mais fortes contribuições para a inércia do quarto factor (F4=coordenada factorial; CO2=qualidade da representação do ponto sobre o factor; CTR=contribuição da variável, em percentagem, para a inércia do factor)

Vector positivo	F4	CO2	CTR
Reduzido risco do crime contra a propriedade	1.21	0.124	5.2
Elevada tendência do louco para o crime	0.72	0.083	3.1
Elevado medo do louco	0.66	0.072	2.7
Mais de 65 anos	0.98	0.068	2.6
Reduzido nível de risco geral estimado	0.64	0.064	2.3
Elevada tendência do alcoólico para o crime	0.75	0.033	1.8
Reduzido nível de medo geral	0.66	0.038	1.8
Crime no Porto decresceu	1.64	0.044	1.7
Nível socio-económico médio	0.72	0.045	1.5
Crime no Porto aumentou	0.74	0.033	1.2
Elevado medo dos arrumadores	0.61	0.019	1.1
Reduzida tendência da polícia para o crime	0.30	0.461	1.0
Elevada tendência do grupo de jovens para o crime	0.51	0.017	1.0

Vector negativo	F4	CO2	CTR
Elevada tendência da polícia para o crime	6.34	0.442	20.9
Elevado medo da polícia	7.66	0.412	19.6
Elevada tendência da prostituta para o crime	1.97	0.069	3.8
50-65 anos	1.08	0.108	3.5
Reduzida tendência do louco para o crime	0.76	0.082	3.3
Reduzido medo do louco	0.75	0.075	3.1
Elevado medo da prostituta	1.92	0.047	2.8
Elevado risco do crime contra a propriedade	0.58	0.122	2.5
Elevado risco estimado de crime geral	0.56	0.062	1.9
Elevado nível de medo geral	0.37	0.039	1.0

O quarto factor revela, essencialmente, a oposição entre dois grupos de sujeitos com mais de cinquenta anos que se distinguem, quer pelo seu nível geral de medo quer pelo tipo de figuras criminais que temem. Assim, nas coordenadas positivas do factor encontramos um grupo com mais de 65 anos, com reduzido nível de medo do crime (o qual percebe como uma ocorrência pouco provável), cujos receios se centram nas figuras do louco, do alcoólico e dos arrumadores. Por oposição a este grupo, os sujeitos que se situam nas coordenadas negativas do factor centram os seus receios, de modo muito marcante, nas figuras da polícia e das prostitutas, percebendo o crime, sobretudo contra a propriedade, como uma ocorrência muito provável e verbalizando, de forma correspondente, elevados níveis de medo.

Em síntese, podemos dizer que a análise factorial de correspondências começa (1º factor) por discriminar grupos extremos, contrastantes em função do seu nível de medo; prossegue pela discriminação dos sujeitos em função do seu sexo e idade (2º factor), revalando a oposição entre a vulnerabilidade percebida das mulheres idosas e a percepção de relativa invulnerabilidade dos jovens de sexo masculino; e, finalmente, identifica (3º e 4º factores) diferentes grupos socio-demográficos (em função da idade e nível socio-económico) que se distinguem pelo tipo de figuras criminais em torno das quais centram os seus medos. Salientamos que os grupos identificados nos terceiro e quarto factores apresentam *configurações de medo* que se destacam pelo seu carácter atípico no conjunto dos sujeitos entrevistados.

A contrastação entre as configurações de medo definidas pelo primeiro e pelo segundo factores pode ser mais facilmente visualizada através da representação gráfica das características que lhes estão associadas (cf. fig. 4).

Figura 4 - Gráfico AFC

4. Discussão integrativa dos resultados e conclusões

À semelhança do que ocorria em 1997, o sentimento de insegurança/nível de medo permanece, em 1999, generalizado e intenso na vivência dos cidadãos portuenses. Estes sentimento de medo faz-se acompanhar por uma percepção genérica do aumento da criminalidade, tanto no Porto como no resto do país.

Tal como pudemos constatar no segundo estudo, o sentimento de elevado medo está associado à avaliação dos actos criminais como sendo genericamente muito graves (de notar que, embora se mantenha alta, a gravidade decresce à medida que diminui o nível de violência associado ao acto) e a uma percepção do risco que, embora não tão elevada como o sentimento de insegurança, continua a ser intensa, muito particularmente no que diz respeito à probabilidade de ser vítima de crimes patrimoniais.

Tal como a revisão da literatura centrada nas questões metodológicas nos fazia antecipar, encontramos uma elevada variabilidade nos níveis de medo obtidos de acordo com as diferentes medidas utilizadas. Assim, quando questionamos os sujeitos sobre a intensidade do seu medo do crime ou quando calculamos o seu nível médio de medo, obtemos uma percentagem mais elevada de sujeitos inseguros. Esta desproporção atenua-se quando consideramos o nível de medo médio das diferentes figuras e chega mesmo a inverter-se (mais sujeitos seguros do que inseguros) quando recorremos à medida de medo mais usual dos inquéritos ("andar só, à noite, na área de residência"). As questões efectuadas sobre o medo na zona de residência (de dia) e em casa (de dia e à noite) sugerem ainda que, apesar dos graus genericamente elevados de medo referenciados pelos entrevistados, há contextos em que as pessoas parecem continuar a sentir-se fundamentalmente seguras (dia, casa).

Concretizando um pouco mais os resultados obtidos, verifica-se que o nível de medo dos diferentes crimes é elevado, parecendo ser pouco afectado pelo tipo de acto em causa. Por contraponto, o nível de risco percebido varia significativamente em função do tipo de crime, antecipando-se uma maior probabilidade de ocorrência de crimes de tipo aquisitivo. Ainda assim, a previsão da probabilidade de ocorrência de crimes violentos continua a ser bastante superior aos valores efectivos de ocorrência indicados pelas estatísticas criminais e às taxas de risco que podem ser derivadas destas e dos inquéritos de vitimação (e.g., Ferreira, 1998), apontando para a manutenção de uma discrepância acentuada entre a insegurança objectiva e a insegurança subjectiva, vivenciada pelo cidadão.

Nos dois inquéritos observa-se uma tendência para proceder à "especialização" do medo, reportando-o a determinadas zonas da cidade (e.g., baixa portuense, zona histórica, "bairros sociais"). Encontra-se também a tendência para contextualizar o medo no período da noite/madrugada e fins-de-semana, acentuando-se em 1999 a proporção de sujeitos que afirmam sentir medo a qualquer hora e em qualquer dia.

As figuras mais ameaçadoras e mais conotadas com a prática de crimes são os grupos organizados, os criminosos sexuais, os toxicodependentes e os ciganos. As figuras da prostituta e do polícia são as menos temidas e as menos associadas à prática de crimes. Como curiosidade, note-se que decresceu substancialmente, de 1997 para 1999, a percentagem de sujeitos que atribui aos polícias uma elevada tendência para cometer crimes, o que pode apontar para uma alteração positiva na imagem ou representação social destas instâncias junto da população.

Em consonância com este sentimento de elevado medo, os sujeitos inquiridos afirmam recorrer a um elevado número de estratégias defensivas. Ainda assim, o número de pessoas que adquiriu ou traz consigo objectos de defesa pessoal, nomeadamente armas de fogo, não ultrapassa em 1999 os 12,4%.

A análise das narrativas criminais livremente produzidas pelos sujeitos confirma a contração dos seus receios em torno do crime violento, protagonizado pelo toxicodependente, agindo em grupo e, frequentemente, armados. O cenário imaginado para este tipo de crime é predominantemente a noite e os espaços públicos da rua, muito embora em 1999 tenha aumentado, a figuração do crime no espaço doméstico. Este quadro denota um agravamento global da perigosidade imaginada do crime, no espaço de 3 anos estudado.

O teste de diferenças entre os grupos permitiu-nos clarificar algumas destas relações, bem como complexificar a sua análise. Parece, em primeiro lugar, inequívoca a relação entre o sentimento de insegurança e o género, com as mulheres a apresentarem níveis superiores de medo, de percepção de risco e de gravidade estimada do crime, qualquer que seja a medida utilizada e o nível do construto (mais geral ou mais concreto) que procuremos medir. Verifica-se ainda que, ao contrário do que Warr (1995) sugeria, este efeito não é redutível à ameaça de violação. Estes resultados vão de encontro à globalidade dos estudos realizados sobre o medo do crime.

Algo semelhante se verifica relativamente aos níveis socio-económicos. Tal como os estudos internacionais nos fariam supor, é nos grupos socio-economicamente mais desfavorecidos que encontramos os níveis de medo, de percepção de risco e de gravidade

estimada do crime, mais elevados. Esta relação sofre alguma variação em função do tipo de crime em questão, sendo mais nítida a diferença em relação aos crimes de tipo violento e diluindo-se para os crimes de tipo aquisitivo, com excepção do furto.

Ao contrário do que acontece na amostra em geral, mesmo no espaço da casa o grupo de nível socio-económico mais baixo parece sentir-se pouco seguro (aliás, menos seguro do que no espaço da rua). Estes níveis mais elevados de medo e de estimação do risco paralelizam com taxas de vitimação efectivamente mais elevadas nos dois grupos de sujeitos dos níveis socio-económicos mais baixos.

No que se refere à associação entre insegurança e idade, as relações parecem ser mais complexas. Assim, encontramos, tal como sugere a nova geração de estudos sobre o tema (e.g. LaGrange & Ferraro, 1989; Ferraro & LaGrange, 1992), diferenças substanciais em função do tipo de medida utilizada, com os sujeitos mais idosos a aparecerem mais receosos nas medidas de nível mais genérico/abstracto, mas sem haver diferenças entre os grupos quando adoptamos indicadores mais concretos, baseados na avaliação de diferentes crimes. Parece-nos, assim, plausível dizer-se, como aqueles autores, que as medidas de medo mais genéricas poderão traduzir sobretudo a percepção de uma maior vulnerabilidade física e social dos mais idosos, e não só o seu sentimento de medo do crime.

No entanto, se analisarmos de forma mais específica os diferentes crimes, os grupos etários considerados parecem apresentar padrões de medo relativamente específicos, com os mais idosos a distinguirem-se pelo seu receio do furto e do assalto a casa, enquanto os mais novos temem mais do que aqueles a violação e o furto na viatura. Estas variações correspondem, em termos genéricos, às diferenças verificadas ao nível da percepção de risco destes crimes, nos vários grupos etários. A inexistência de diferenças entre os grupos etários nos indicadores médios de medo ou risco parece, assim, dever-se, não a uma homogeneidade da sua atitude face ao crime, mas a um efeito estatístico de contra-balanceamento do modo como cada grupo avalia os diferentes crimes.

Finalmente, ao nível da vitimação, os nossos resultados apontam para uma ausência global de diferenças. No entanto, a análise mais discriminada que nos foi permitida pela introdução, em 1999, de medidas de nível mais específico, sugere-nos que a vitimação, apesar de não determinar níveis genéricos de medo ou risco superiores, poderá aumentar a consciência de uma maior necessidade de prevenção criminal (traduzida no maior número de estratégias defensivas adoptadas), bem como ter impacto no modo como os sujeitos que foram alvo de crimes avaliam

as suas probabilidades de re-vitimação específica (isto é, no mesmo tipo de crime a que foram anteriormente sujeitos). Fundamentamos esta hipótese no facto de termos encontrado diferenças na percepção de risco entre vítimas e não vítimas num crime concreto - o furto - que corresponde precisamente àquele de que os membros da nossa amostra mais usualmente foram alvo.

Na sua globalidade, os dados obtidos apontam para a necessidade de se complexificar a análise do sentimento de insegurança ou do medo do crime, na medida em que não podemos considerar estar perante um conceito uno, indiferenciado ou estático. Em vez de se falar de insegurança, ou em vez de se falar em medo do crime, será, de facto, mais adequado falar-se de um conjunto de diferentes configurações narrativas do medo que traduzem diferentes significados e vivências do sentimento de insegurança em meio urbano.

Estas diferentes configurações são claramente reveladas pela análise factorial de correspondências múltiplas que, nos dois estudos efectuados, começa por identificar grupos extremados na nossa amostra (elevado medo do crime *versus* reduzido medo) para de seguida revelar os medos prototípicos dos dois sexos, dos diferentes grupos etários e extractos sociais.

C. RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES

Tal como foi enunciado na introdução a estes relatório, o nosso projecto de investigação pretendia caracterizar o fenómeno da insegurança na cidade do Porto, identificar os grupos sociais mais receosos e dar os primeiros passos no sentido da exploração dos diferentes significados e vivências do fenómeno da insegurança. Consideramos estes objectivos genericamente alcançados pelas duas investigações de que acabámos de dar conta.

Pretendia-se, ainda, analisar a evolução temporal do fenómeno da insegurança na cidade, mediante a reaplicação, de dois em dois anos, do inquérito sobre insegurança que se encontra agora adequadamente testado e concebido na sua forma definitiva. Só pela aplicação repetida deste inquérito, à semelhança do que é feito noutros países (ex: EUA, Reino Unido), se poderá compreender a forma como os cidadãos se posicionam face ao fenómeno criminal e o impacto que este tem nas suas vidas, bem como a forma como este fenómeno se relaciona com a evolução das taxas criminais, com as iniciativas políticas e com a actuação das forças policiais.

Não obstante a necessidade de esta linha de investigação ter continuidade, consideramos ainda necessária a sua complementação com outras linhas de estudo. Na verdade, não é possível

aceder, unicamente através da análise factorial de correspondências que foi efectuada, a uma compreensão em profundidade das configurações narrativas do medo e do modo como diferentes grupos sociais pensam o fenómeno criminal. Diferentes questões são, na nossa opinião, deixadas em aberto pela investigação realizada até este momento, nomeadamente:

- (1) Como é que os cidadãos pensam o fenómeno criminal? Que imagem têm do crime, dos seus motivos e contextos e das instituições que o combatem?
- (2) Como é que estas representações se relacionam com o fenómeno da insegurança? Será que os sujeitos com mais medo entendem a criminalidade de uma forma substancialmente diferente do que aqueles que são menos afectados pela insegurança?
- (3) Será possível encontrarmos hoje grupos sociais não afectados (ou menos afectados) pela insegurança? Quais as características deste eventual grupo?
- (4) Quais são as soluções e práticas de intervenção face ao fenómeno criminal que os diferentes grupos (mais e menos receosos) preconizam?

Estas questões (entre muitas outras possíveis) remetem-nos para uma lógica de investigação substancialmente diferente da realizada até ao momento, orientada para a exploração em profundidade dos discursos sociais sobre o crime. Concebemos, portanto, uma nova linha de de investigação, de cariz qualitativo, que pretende aprofundar os resultados obtidos através do inquérito, bem como obter resposta às questões acima enunciadas.

Este projecto prevê a realização de entrevistas em profundidade com os sujeitos que os nossos estudos prévios situam (através da análise factorial de correspondências), em três níveis distintos de medo: elevado, médio e reduzido. Estas entrevistas (a realizarem-se) serão conduzidas de acordo com um guião em fase de estruturação, que envolve um conjunto de temas a abordar, alguns já aflorados, embora com muito menor profundidade, no primeiro estudo e outros que sentimos necessidade de incluir pela proeminência que assumem no contexto dos diferentes modelos teóricos de explicação do fenómeno da insegurança. Entre estes temas incluiríamos: (1) percepções gerais sobre o fenómeno da insegurança na cidade; (2) medo do crime, designadamente percepção das flutuações da criminalidade, percepção do risco, contextos associados ao medo, impacto do medo na vida quotidiana, crimes mais e menos temidos, precauções assumidas e nível percebido de segurança; (3) narrativas do medo associadas ao

crime; (4) figuras do medo e imagens prototípicas do criminoso; (5) definição e conceito de crime; (6) causas associadas ao crime; (7) percepção dos órgãos do sistema de justiça criminal e da acção política nesta área; (8) punitividade e tolerância face ao delito; (9) vitimação, (10) prevenção criminal e políticas de acção social.

Foram já identificados os participantes eventuais deste estudo, de entre os sujeitos que responderam aos inquéritos e se mostraram disponíveis para futuras colaborações.

Em síntese, o modelo de investigação do fenómeno da insegurança, na sua vertente subjectiva/experiencial, que preconizamos compreende duas linhas de investigação:

(1) uma linha quantitativa, concretizada pela aplicação, de dois em dois anos, do inquérito sobre a insegurança, já adequadamente testado. Esta linha fornecer-nos-á informação sobre a evolução dos níveis e dimensões do fenómeno da insegurança na cidade;

(2) uma linha qualitativa, de aprofundamento dos resultados da investigação quantitativa, a desenvolver nos anos de intervalo entre a aplicação dos inquéritos. De imediato, as questões a responder pelo estudo qualitativo dizem respeito à forma como o fenómeno da insegurança se relaciona com a percepção mais lata do crime e dos seus agentes/contextos, bem como à exploração da possibilidade de se construir hoje uma vivência urbana não acossada pelo medo.

Bibliografia

- Ackermann, W.; Dulong, R. & Jeudy, H. (1983). *Imaginaires de l'insecurité*. Paris: Librairie des Meridiens.
- Agra, C; Marques-Teixeira, J.; Fonseca, E. & Quintas, J. (1999). *Crime e delinquência auto-revelada*. Porto: Radicário/Observatório Permanente sobre Segurança.
- Almeida, M. R. C. & Alão, A. P. (1995). *Inquérito de vitimação 1994*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça.
- Almeida, M. R. C. (1993). *Inquérito de vitimação 1992*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça.
- Beaulieu, M (1989). Book review of "Victimization and fear of crime among the elderly". *Canadian Journal of Criminology*, 31, 329-331.
- Borroah, V. & Carach, C. (1997). Crime and fear. Evidence from Australia. *British Journal of Criminology*, 37, 4, 635-657.
- Bottoms, A. & Wiles, P. (1997). Environmental criminology. In M. Maguire, R. Morgan & R. Reiner (Eds.), *The Oxford handbook of criminology* (pp. 305-408). Oxford: Clarendon Press.
- Carvalho, H. (1991). Vitimologia e medo do crime. *Polícia e Justiça*, 1, 11-38.
- Chambliss, W. (1994). Policing the ghetto underclass: The politics of law and law enforcement. *Social Problems*, 41, 2, 177-194.
- Davidson, R. N. (1981). *Crime and environment*. Beckenham: Croom Helm.
- Duprez, D. (1991). De l' anomie de la gestion du social aux représentations de l' insécurité. *Déviance et Société*, 15, 275-292.
- Farral, S.; Bannister, J.; Ditton, J. & Gilchrist, E. (1997). Questioning the measurement of the "fear of crime". Findings from a major methodological study. *British Journal of Criminology*, 37, 4, 658-679.
- Feldman, P. (1993). *The psychology of crime*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ferraro, K. & LaGrange, R. (1992). Are older people most afraid of crime? Reconsidering age differences in fear of victimization. *Journal of Gerontology*, 47, 233-244.
- Ferreira, E. V. (1998). *Crime e insegurança em Portugal. Padrões e tendências 1985-1996*. Lisboa: Celta.
- Fink, A. (1995). *How to sample in surveys*. Thousand Oaks: Sage.
- Fisher, B. (1991). A neighborhood business area is hurting: Crime, fear of crime, and disorders take their toll. *Crime and Delinquency*, 37, 3, 363-373.
- Gerbner, G. (1987). Proliferating violence. In A. A. Berger (Ed.), *Television in society* (pp. 153-161). New Brunswick: Transaction Books.
- Gunter, B. (1985). *Dimensions of television violence*. Aldershot: Gower.
- Haghighi, B. & Sorensen, J. (1996). America' s fear of crime. In T. Flanagan & D. Longmire (Eds.), *Americans view crime and justice. A national public opinion survey* (pp. 16-30). Thousand Oaks: Sage.
- Henry, G. (1990). *Practical sampling*. Thousand Oaks: Sage.
- Joseph, J. (1997). Fear of crime among black elderly. *Journal of Black Studies*, 27, 5, 698-717.
- Keane, C. (1992). Fear of crime in Canada: An examination of concrete and formless fear of victimization. *Canadian Journal of Criminology*, April, 215-224.

- LaGrange, R. & Ferraro, K. (1989). Assessing age and gender differences in perceived risk and fear of crime. *Criminology*, 27, 4, 697-719.
- Lourenço, N.; Lisboa, M. & Pais, E. (1997). *Violência contra as mulheres*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e Direitos da Mulheres.
- Lurigio, A.; Skogan, W. & Davis, R (Eds.) (1990). *Victims of crime. Problems, policies and programs*. London: Sage.
- Machado, C. & Manita, C. (1997). *Percepções e figuras do medo na cidade do Porto*. Porto: Radicário/Observatório Permanente sobre Segurança.
- Madriz, E. (1997). *Nothing bad happens to good girls. Fear of crime in women' s lives*. Berkley: University of California Press.
- Matthews, R. (1992). Replacing "broken windows": Crime, incivilities and urban change. In R. Matthews & J. Young (Eds.), *Issues in realist criminology* (pp. 19-50). London: Sage.
- Matthews, R. (1996). Replacing "broken windows". Crime, incivilities and urban change. In R. Matthews & J. Young (Eds.), *Issues in realist criminology*. London: Sage.
- Nasar, J. & Fisher, B. (1993). "Hot spots" of fear and crime: A multi-method investigation. *Journal of Environmental Psychology*, 13, 187-206.
- Negreiros, J. N. (1997). Vitimação criminal, medo e punição. Um estudo na cidade do Porto. In C. da Agra (Dir.), *Insegurança urbana na cidade do Porto. Estudos interdisciplinares. Vol. VII*. Porto: Centro de Ciências do Comportamento Desviante, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Negreiros, J. (1999). *Vitimação criminal na cidade do Porto*. Porto: Radicário/ Observatório Permanente sobre Segurança.
- O'Connor, M. & Whelan, A. (1996). The public perception of crime prevalence, newspaper readership and "mean world" attitudes. *Legal and Criminological Psychology*, 1, 179-195.
- Pain, R. (1997). *"Old age" and ageism in urban research: the case of fear of crime*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Perkins, D. & Taylor, R. (1996). Ecological assessments of community disorder: their relationship to fear of crime and theoretical implications. *American Journal of Community Psychology*, 24, 1, 63-105.
- Ramos-Lira, L. & Andrade-Palos, P. (1991). La victimization: miedo, riesgo percibido y gravedad percibida. Construcción y validación de escalas. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 23, 2, 229-246.
- Red, S. T. (1988). *Crime and criminology*. Orlando: Holt, Rinehart & Winston.
- Rountree, P. & Land, K. (1996). Burglary victimization, perceptions of crime risk, and routine activities: a multilevel analysis across Seattle neighborhoods and census tracts. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 33, 2, 147-180.
- Rountree, P. & Land, K. (1996). Perceived risk versus fear of crime: Empirical evidence of conceptually distinct reactions in survey data. *Social Forces*, 74, 1353-1376.
- Rykert, W. (1994). Law enforcement gerontology. *FBI Law Enforcement Bulletin*, February, 5-9.
- Sacco, V. (1993). Social support and the fear of crime. *Canadian Journal of Criminology*, April, 187-196.
- Saraga, E. (1996). Dangerous places: The family as a site of crime. In J. Muncie & E. McLaughlin (Eds.). *The problem of crime*. London: Sage.
- Skogan, W. (1995). Crime and the racial fears of white americans. In W. Skogan (Ed.). *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 539.
- Sparks, R. (1992a). *Television and the drama of crime. Moral tales and the place of crime in public life*. Buckingham: Open University Press.

- Sparks, R. (1992b). Reason and unreason in "left realism": Some problems in the constitution of the fear of crime. In R. Matthews & J. Young (Eds.), *Issues in realist criminology* (pp. 119-135). London: Sage.
- Stenson, K. (1991). Making sense of crime control. In K. Stenson & D. Cowell (Eds.). *The politics of crime control*. London: Sage.
- Sykes, G. & Cullen, F. (1992) *Criminology*. Orlando: Harcourt Brace Jovanovich Publishers.
- Taylor, I. (1992). Left realist criminology and the free market experiment in Britain. In J. Young & R. Matthews (Eds.), *Rethinking criminology: The realist debate* (pp. 95-122). London: Sage.
- Taylor, R. & Covington, J. (1993). Community structural change and fear of crime. *Social Problems*, 40, 3, 374-397.
- Taylor, R. & Schumaker, S. (1990). Local crime as a natural hazard: Implications for understanding the relationship between disorder and fear of crime. *American Journal of Community Psychology*, 18, 619-641.
- Thompson, M. & Norris, F. (1992). Crime, social status, and alienation. *American Journal of Community Psychology*, 20, 97-117.
- Trench, S. & Jones, S. (1995). Planning for women's safety in cities. *Women & Environments*, 1, 12-14.
- van der Wurff, A., Staalduinen, L. & Stringer, P. (1988). Fear of crime in residential environments: Testing a social psychological model. *The Journal of Social Psychology*, 129, 141-160.
- Vicente, P.; Reis, E. & Ferrão, F. (1996). *Sondagens. A amostragem como factor decisivo da qualidade*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Vitelli, R. & Endler, N. (1993). Psychological determinants of fear of crime: a comparison of general and situational prediction models. *Personality and Individual Differences*, 14, 1, 77-85.
- Walklate, S. (1998). Excavating the fear of crime: Fear, anxiety or trust? *Theoretical Criminology*, 2, 403-418.
- Warr, M. (1990). Dangerous situations: social context and fear of victimization. *The University of North Carolina Press*, 68, 3, 891-907.
- Warr, M. (1995). The polls-poll trends. Public opinion on crime and punishment. *Public Opinion Quarterly*, 59, 296-310.
- Williams, J., Singh, B. & Singh, B. (1994). Urban youth, fear of crime and resulting defensive actions. *Adolescence*, 29, 323-330.
- Wurff, A.; Staalduinen, L. & Stringer, P. (1988). Fear of crime in residential environment: testing a social psychological model. *The Journal of Social Psychology*, 129, 141-160.
- Zedner, L. (1997). Victims. In M. Maguire, R. Morgan & R. Reiner (Eds.), *The Oxford Handbook of Criminology* (pp. 577-612). Oxford: Clarendon Press.